



Análise Conjuntural da Economia e do Comércio

Fevereiro
2021

N.º 143

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná

Presidente: Darci Piana

Diretor Superintendente: Eduardo Luiz Gabardo Martins

Rua Visconde do Rio Branco, 931 – 6º andar

CEP 80410-001 – Curitiba – PR – Telefone (41) 3883-4500

www.fecomerciopr.com.br – federacao@fecomerciopr.com.br

Elaboração: Assessoria Econômica da FECOMÉRCIO - PR

Economista e Professor Luiz Vamberto Santana – Coordenador responsável

Economista Thais Lourenço Ceccon

O conteúdo desta “Análise Conjuntural da Economia e do Comércio” é publicado mensalmente no site da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná.

Os acessos poderão ser feitos através do site: www.fecomerciopr.com.br

CONJUNTURA: SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS**IMPACTOS EM 2020 SOBRE O COMERCIO**

Em 2020, o comércio varejista e o comércio varejista ampliado tiveram no Brasil quedas associadas aos efeitos diretos e indiretos da pandemia do *coronavirus*, mais intensas no 1.o semestre.

Conforme dados da CNC, o comércio teve queda de 5,8% no número de lojas ativas em 2020, atingindo no final do ano 1,221 milhão de lojas ativas. A CNC teve como referência no seu cálculo as lojas formais, de trabalhadores com vínculo empregatício, utilizando o cadastro do CAGED- Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério da Economia. No 1.o semestre/2020, houve fechamento líquido de 62.100 lojas (fechamentos maior que aberturas). No 2.o semestre, o saldo líquido da abertura de lojas se manteve negativo (fechamentos maior que aberturas): 13.100 unidades devido, em parte, ao gradual aquecimento na economia e efeitos das transferências do Auxílio Emergencial-AE. Assim, em 2020, as lojas do comércio fechadas no Brasil (CNC), foram 75,2 mil empresas.

Podem ser mencionados como maiores responsáveis pela queda no comércio e fechamento de lojas: a) maior desemprego; b) redução do poder de compra; c) quarentenas e isolamento social mais rígidos no 1.o semestre; d) carga adicional de restrições específicas sobre alguns ramos do comércio; e) diferenciação nos horários de abertura do comércio nos centros urbanos; e f) heterogeneidade dos *lockdowns* adotados.

As transferências do AE em 2020 (abril/ agosto: 5 x R\$ 600) e (setembro/dezembro= 4 x R\$ 300) geraram impactos benéficos no poder de compra e no consumo de bens da "cesta básica".

Segmentos de consumidores elevaram saldos nas contas de poupança com recursos do AE. Mas em 2021, 1.o bimestre, período sem AE (em discussão no Legislativo), depositantes retiraram parte das poupanças para gastos adicionais. Em janeiro/2021 houve saída líquida das contas de poupança de R\$ 18,15 bilhões, o pior número da série histórica desde 1995. Em fevereiro/2021, a saída líquida das poupanças foram R\$ 5,83 bilhões. Os saques nas poupanças podem ser associados, em parte, à extinção do AE no 1.o bim./ 2021.

No 2.o semestre/2020, com efeitos mais consolidados do AE, houve o reaquecimento do setor industrial, a intensificação do comércio eletrônico (*e-commerce*), onde pequenas lojas se associaram, via *marketplace*, a lojas maiores (Americanas, Magalu, Amazon), buscando se adaptarem ao novo momento. No entanto, ainda prevalece no Brasil o chamado *comércio presencial*, principalmente nos menores polos comerciais.

Verificou-se igualmente no Brasil, em um contexto de queda nas vendas, uma capacidade ociosa em diversos ramos do comércio de bens, devido a existência de um potencial de atendimento mas não utilizado, devido queda na demanda, com os efeitos restritivos da pandemia do covid-19. A Tabela a seguir esclarece.

Abertura Líquida de Lojas no Brasil em 2020			
Ramo de Atividade	%	Ramo de Atividade	%
1. Vestuário, calçados e acessórios	-22,90	6. Livrarias, Papelarias	-2,09
2. Hipermercados/Supermercados	-14,38	7. Combustíveis/Lubrificantes	-1,53
3. Utilidades Domésticas e Eletroeletrônicos	-13,31	8. Informática /Comunicações	-0,85
4. Farmácias, Drogarias, Perfumarias, Cosméticos	-4,02	9. Veículos /Autopeças	-9,25
5. Móveis e Eletrodomésticos	-3,16	10. Material de Construção	-4,35

Fontes: CNC e IBGE (publicados em O Estado de S. Paulo, 01/03/2021)

Pode ser acrescido nesta avaliação o setor de Serviços. Em jan./2021, houve alta de 0,6% comparado a dez./2020 (mês em que, sob condições normais, a performance do setor tem sido melhor). Os percentuais de Serviços e seus desempenhos constam da Tabela a seguir.

SERVIÇOS: DESEMPENHO DO SETOR (Janeiro/2021 sobre dezembro/2020)	
1.) Prestados às famílias: (-1,5%) 1.1• Alojamento e alimentação: (-0,9%) 1.2• Outros serviços às famílias: 0,5%	3.) Profissionais, administrativos e complementares: 3,4% 3.1• Técnico e profissionais: 3,0% 3.2• Administrativos e complementares: 1,7%
2.) Informação e comunicação: (-0,7%) 2.1• Tecnologia da informação e comunic.: 0,6% 2.1.1 Telecomunicações: 1,6% 2.1.2 Tecnologia da informação: (-1,3%) 2.2• Audiovisuais, edição e agências notícias: (-9,3%)	4.) Transportes, serv. auxiliares dos transportes e correio: 3,1% 4.1• Terrestre: 3,9% 4.2• Aquaviário: 3,1% 4.3• Aéreo: 11,1% 4.4• Armazenagem, serv. auxiliares de transportes, correio: 0,6%
	5.) Outros Serviços: (-9,2%)

Os dados do Índice de Atividades Turísticas-IATUR do IBGE apontaram para janeiro/ 2021 crescimento de 0,7% sobre dezembro/2020. O IATUR indica que o Turismo cresceu 128,8% nos nove meses de maio/2020 a janeiro/2021. Todavia, para que volte a atingir os níveis de fevereiro/2020, anteriores à pandemia, o IATUR terá que crescer ainda mais: 42,1% para conseguir igualar os níveis da pré pandemia.

ÍNDICE

	Apresentação	03
	Sumário	04
	Tabelas e gráficos	04
I	Nível de Atividade Econômica	05
	1. Produto e Renda	05
	2. Mercado de Trabalho	12
	3. Nível de Salário	13
	4. Nível de Preços	14
	5. Taxa de Juros e Poupança	16
	6. Mercado de Ações	17
	7. Risco País	18
	8. Variações cambiais do Dólar e Euro	19
II	Atividade Empresarial	21
	9. Indicadores relativos ao comércio e consumidores	21
	10. Abertura de Empresas no Paraná	22
	11. Falências Decretadas no Brasil	23
	12. Crédito: Demanda e Inadimplência	24
	13. Nível de Utilização da Capacidade Produtiva Instalada-NUCI na Indústria	25
III	Setor Público	27
	14. Arrecadação do Governo Federal	27
	15. Dívida Pública Federal Interna - DPFI	28
	16. Superávit Primário	29
IV	Relações com o Exterior	31
	17. Comércio Exterior Brasileiro	31
	18. Investimento Estrangeiro Direto - IED na Economia Brasileira	40
	19. Dívida Externa Brasileira	41
	20. Reservas Cambiais	42
	21. Comércio Exterior Paranaense	43

TABELAS E GRÁFICOS

01	Produto Interno Bruto	05	34	Evolução da Arrecadação do Governo Federal	27
02	Brasil: Produto Interno Bruto por Setor e Subsetor de Atividade	06	35	Participação da Carga Tributária no PIB	27
03	Brasil: Variação Percentual do PIB Trimestral	06	36	Dívida Pública Federal Interna	28
04	Brasil: Distribuição da Demanda Agregada	07	37	Desempenho do Superávit Primário - Governo Federal e Banco Central	29
05	Brasil: Componentes da demanda no PIB	07	38	Brasil: Balança Comercial	31
06	Brasil: Agregados do PIB em valores correntes	08	39	Brasil: Intercâmbio Comercial	32
07	Brasil: Participação percentual dos setores no valor adicionado	08	40	Brasil: Intercâmbio Comercial MERCOSUL	33
08	Brasil: desempenho de setores de produção	09	41	Brasil: Principais Produtos Exportados para o MERCOSUL	34
09	Brasil: desempenho de setores de produção	09	42	Brasil: Principais Produtos Importados do MERCOSUL	34
10	IDHM e PIB per-capita: estados do Sul do País e Brasil	09	43	Exportações Brasileiras para países das três Américas: do Sul, Central e do Norte	35
11	PIB per-capita de países do BRICS e do MERCOSUL	09	44	Importações Brasileiras de países das três Américas: do Sul, Central e do Norte	35
12	Brasil: Taxa de investimento e poupança	09	45	Brasil: Principais Produtos Exportados	36
13	Brasil e Curitiba: Taxa de Desocupação	12	46	Brasil: Principais Produtos Importados	36
14	Brasil: Salário Mínimo	13	47	Balança Comercial Brasileira - Com e Sem petróleo e derivados	36
15	Paraná: Salário Mínimo	13	48	Brasil: Exportação por Intensidade Tecnológica	37
16	Índice de Preços	14	49	Brasil: Importação por Intensidade Tecnológica	38
17	Taxa de Inflação e Meta da Inflação	15	50	Investimento Estrangeiro Direto no Brasil	40
18	Variação da Taxa de Juros SELIC do Banco Central	16	51	Dívida Externa Brasileira	41
19	Poupança	16	52	Brasil: Participação da Dívida Externa	41
20	Bolsa de Valores	17	53	Brasil: Reservas Cambiais	42
21	Risco País	18	54	Paraná: Balança Comercial e Corrente de comércio	43
22	Variações cambiais do Dólar e Euro	19	55	Paraná: Exportações por fator agregado - Agropecuária	44
23	Índice de sondagem do Comércio FGV	21	56	Paraná: Exportações por fator agregado - Outros Produtos	44
24	Índice de sondagem do Consumidor FGV	21	57	Paraná: Exportações por fator agregado - Ind de Transformação	44
25	Índice de Confiança do empresário do comércio CNC	21	58	Paraná: Intercâmbio comercial com o MERCOSUL	45
26	Intenção de Consumo das Famílias	21	59	Paraná: Principais Produtos Exportados do MERCOSUL	46
27	Abertura de Empresas no Paraná	22	60	Paraná: Principais Produtos Importados do MERCOSUL	46
28	Abertura de Empresas no Brasil	22	61	Paraná: Principais Países de destino de Produtos	47
29	Falências no Brasil	23	62	Paraná: Principais Produtos Exportados	47
30	Indicador Serasa Experian de Demanda do Consumidor por Crédito	24	63	Paraná: Principais Blocos Econômicos de Destino e Origem De Produtos	47
31	Indicador Boa Vista de Inadimplência	24	64	Paraná: Exportação - Totais por Fator Agregado	48
32	Nível de Utilização da Capacidade Produtiva Instalada na Indústria	25	65	Paraná: Balança Comercial dos Maiores Exportadores Municipais	48
33	Produção Física Industrial - Por Setor	25			

I. NÍVEL DE ATIVIDADE ECONÔMICA**1. PRODUTO E RENDA****1.1. O PIB do Brasil e do Paraná (*)**

O PIB do 3.º trim. 2020 subiu comparado ao imediatamente anterior: de (-7,33%) para (10,71%). Em 2020, no 3.º trim., comparado ao 2.º, nos valores a custo de fatores (sem considerar impostos indiretos e subsídios), houve queda na Agropecuária de -15,54%; a Indústria subiu 12,93%; e o setor de Serviços subiu (2,14%).

Em relação ao PIB do Brasil, cabe destacar os efeitos de contração vinculados à ocorrência do covid-19, a queda na demanda agregada, especialmente em termos de limitação do consumo familiar, as mudanças de hábitos de consumidores até por conta das incertezas em relação à manutenção do emprego futuro, associados às quedas no comércio exterior e crises paralelas no resto do mundo. A taxa de inflação até julho esteve circunscrita aos limites das metas do BC; começou a subir em setembro e outubro, com aquecimento das demandas de pessoas físicas, do setor de construção civil beneficiado pela baixa de juros no mercado de financiamento de imóveis, em circunstâncias em que vários setores da indústria apresentavam carência de matérias primas e insumos básicos. Importante é reconhecer a extrema importância da liberação do Auxílio Emergencial-AE para a população que se adequasse aos pressupostos estabelecidos. Contribuiu para aquecer vendas do comércio e adiar uma maior deterioração do poder de compra. Vem ocorrendo quedas agressivas no IED-investimento estrangeiro direto, que representa fluxo de capital vinculado à entrada de investimento externo, voltado à ampliação da produção, inovação tecnológica e modernização da qualidade do produto interno. Sendo um capital produtivo e não especulativo, pode gerar novos bens e serviços, mas em especial, ampliar a geração de novos empregos. Dentre os elementos que podem explicar a contenção do IED podem ser mencionados: a) carências institucionais, jurídicas e políticas; b) "custo Brasil" elevado, burocrático e de difícil assimilação ao empresário do exterior; c) heterogeneidades da legislação tributária dos Estados.

TABELA 1 – PRODUTO INTERNO BRUTO
(Em R\$ Milhões)

Período	Brasil				Paraná			Participação PR/BR (%)
	Valor a Preços Correntes	Variação Nominal Sobre o Ano Anterior (%)	Variação Real (No Ano) (%)	Equivalência em Dólar (US\$ milhões) ⁽¹⁾	Valor a Preços Correntes de Mercado	Variação Nominal Sobre o Ano Anterior (%)	Variação Real no Ano (%)	
2009	3.333.039	7,18	-0,1	1.667.020	196.676	5,92	-1,7	5,90
2010	3.885.847	16,59	7,5	2.208.872	225.205	14,51	9,9	5,80
2011	4.376.382	12,62	4,0	2.616.202	257.122	14,17	4,6	5,88
2012	4.814.760	10,02	1,9	2.465.189	285.620	11,08	-0,03	5,93
2013	5.331.619	10,73	3,0	2.472.807	333.481	16,76	5,5	6,25
2014	5.778.953	8,39	0,5	2.455.994	348.084	4,38	-1,5	6,02
2015	5.995.787	3,75	-3,5	1.802.214	376.963	8,30	-3,4	6,29
2016	6.269.328	4,56	-3,3	1.793.989	401.814	6,59	-2,6	6,41
2017	6.585.479	5,04	1,3	2.055.506	421.375	4,90	2,0	6,40
2018	7.004.141	6,36	1,8	1.807.894 ⁽²⁾	437.866	4,40	1,2	6,28
2019	7.407.024	5,75	1,1	1.650.517 ⁽³⁾	454.703	3,83	0,5	5,72
2020 1º Tri	1.843.863	-4,12	1,0	339.801 ⁽⁴⁾	128.923	8,43	1,4	7,02
2020 2º Tri	1.708.760	-7,33	2,1	318.015 ⁽⁵⁾	109.219	-4,07	-0,5	6,39
2020 3º Tri	1.891.735	10,71	3,4	366.438 ⁽⁶⁾	117.699	3,55	-1,6	6,22

Fonte: Brasil: www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais – Banco Sidra – Contas Econômicas) - (Consulta em 02/02/2021).

Paraná: www.ipardes.gov.br (Consulta em 02/02/2021).

Paraná: 2017 e 2018: estimativas preliminares do IPARDES. Dados sujeitos a alteração.

*Variação em relação a trimestre anterior.

(1): Equivalência em dólar segundo Banco Mundial (disponível em <https://data.worldbank.org/country/brazil>)

(2): Equivalência em dólar para 2018 realizada pela conversão direta R\$/US\$ pela cotação do dólar em 31/12/2018, conforme cotação do Banco Central.

(3): Equivalência em dólar para 2019 realizada pela conversão direta R\$/US\$ pela cotação do dólar em 04/03/2020, conforme cotação do Banco Central. (dados preliminares)

(4): Equivalência em dólar para 2020 – 1º Tri. realizada pela conversão direta R\$/US\$ pela cotação do dólar em 29/05/2020, conforme cotação do Banco Central. (dados preliminares)

(5): Equivalência em dólar para 2020 – 2º Tri. realizada pela conversão direta R\$/US\$ pela cotação do dólar em 01/09/2020, conforme cotação do Banco Central. (dados preliminares)

(6): Equivalência em dólar para 2020 – 3º Tri. realizada pela conversão direta R\$/US\$ pela cotação do dólar em 03/12/2020, conforme cotação do Banco Central. (dados preliminares)

1. PRODUTO E RENDA

1.2. O PIB do Brasil por Setores e Subsetores

TABELA 2 – BRASIL: PRODUTO INTERNO BRUTO POR SETOR DE ATIVIDADE
(A Preços Correntes - Em R\$ Milhões)

Setores e Subsetores	2019 3º Tri	Variação 2019/ 2018 (Com ajuste sazonal)	2019 4º Tri	2020 1º Tri	2020 2º Tri	2020 3º Tri	2020 - 3º TRI	
							Variação % trimestre anterior	Participação % do Setor no PIB Total
AGROPECUÁRIA	87.809	0,4	79.660	59.881	124.866	105.459	-15,54	5,57
INDÚSTRIA	342.640	0,4	369.278	343.004	313.521	354.045	12,93	18,72
1. Extrativa mineral	43.314	-1,0	53.790	46.966	44.685	47.445	6,18	2,51
2. Transformação	193.260	0,0	200.935	186.613	164.681	205.457	24,76	10,86
3. Construção civil	60.813	1,5	64.451	59.546	55.448	54.601	-1,53	2,89
4. Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	45.253	1,7	50.102	49.878	49.878	46.543	-6,69	2,46
SERVIÇOS	1.153.275	1,7	1.175.071	1.244.135	1.143.671	1.168.093	2,14	61,75
1. Comércio	202.003	1,8	214.555	215.283	201.416	234.867	16,61	12,42
2. Transporte, armazenagem e correio	69.031	0,8	74.218	71.991	67.243	70.694	5,13	3,74
3. Serviços de informação	54.221	5,2	56.220	60.297	53.529	55.207	3,14	2,92
4. Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relativos	111.160	1,3	116.743	118.925	120.249	110.696	-7,94	5,85
5. Outros serviços(1)	284.058	2,7	288.321	302.707	270.131	252.915	-6,37	13,37
6. Atividades imobiliárias e aluguel	154.887	2,2	157.370	158.273	160.291	167.118	4,26	8,83
7. Administração, saúde e educação públicas	277.915	-0,2	267.644	316.658	270.812	276.595	2,14	14,62
Impostos líquidos sobre produtos	250.642	-	259.994	276.001	261.805	264.138	0,89	13,96
PIB : preços de mercado	1.834.366	1,4	1.884.003	1.923.021	1.843.863	1.891.735	2,60	100,00

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais – Valores a Preços Correntes) Valores sujeitos a alteração (Consulta em 09/12/2020)

TABELA 3 – BRASIL: VARIAÇÃO PERCENTUAL DO PIB TRIMESTRAL
(Valores com ajuste sazonal/deflacionados)

Período	Sobre Mesmo Trimestre do ano Anterior	Sobre o Trimestre Anterior			
		PIB TOTAL	Agropecuária	Indústria	Serviços
2017*	-	1,3	14,2	-0,5	0,8
1º Tri	0,3	1,2	12,5	0,1	0,3
2º Tri	0,8	0,8	-3,2	0,7	1,1
3º Tri	1,6	0,2	-2,5	0,7	0,5
4º Tri	2,6	0,3	0,0	1,0	0,5
2018*	-	1,8	1,3	0,7	2,1
1º Tri	1,8	0,9	2,6	-0,4	0,5
2º Tri	1,6	-0,1	0,6	-0,9	0,5
3º Tri	2,1	0,8	1,7	1,3	0,5
4º Tri	1,7	-0,5	0,5	-1,1	0,1
2019*	-	1,4	0,6	0,4	1,7
1º Tri	1,2	1,3	-2,1	0,2	0,8
2º Tri	1,5	0,2	1,1	0,9	0,2
3º Tri	1,3	-0,2	1,6	-0,2	0,2
4º Tri	1,6	0,2	-1,7	0,1	0,4
2020*	--	-2,1	1,9	-3,2	-10,2
1º Tri	-0,3	-1,5	2,9	-0,9	-1,5
2º Tri	-10,9	-9,6	-0,2	-13,0	-9,4
3º Tri	-3,9	7,7	-0,5	14,8	6,3

Fonte: www.ibge.gov.br – Valores com ajuste sazonal/deflacionados (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais) (Consulta em 09/12/2020)

(1) O segmento denominado outros serviços inclui: serviços de alojamento em hotéis e similares; serviços de alimentação; serviços profissionais, científicos e técnicos; pesquisa e desenvolvimento mercantil; aluguéis não imobiliários; outros serviços administrativos; educação mercantil; saúde mercantil; serviços de artes, cultura, esporte e recreação e serviços pessoais; serviços associativos; manutenção de computadores, telefones e objetos domésticos; e serviços domésticos.

* Valores anuais. Em 2019 os valores se referem ao acumulado em 4 trimestre em comparação com 4 trimestres imediatamente anteriores.

1. PRODUTO E RENDA

1.3. Demanda Agregada-DA

A demanda agregada da economia é a soma de: 1) Consumo de Famílias-CF; 2) Consumo do Governo-CG; 3) Investimento Bruto Interno-IBI: (formação de capital fixo(FKF) mais variação de estoques(VE)); 4) Saldo da Balança Comercial: Exportações menos Importações. O IBI considera investimento interno privado e do governo (não agrega investimentos nacionais em outros países).

Em 2020, ocorreram quedas substanciais no CF, mais intensa no 2.o trimestre; o CG estava limitado pela restrição de recursos e início do AE; o IBI apresentou quedas expressivas em FKF e grande expansão de estoques produzidos e não vendidos. A balança comercial foi muito incentivada pelo aquecimento de preços de *commodities* e exportações para a China; por outro lado, as importações caíram devido contrações na produção do exterior. A demanda agregada total foi a menor desde o 2.o trimestre/2018.

TABELA 4 – BRASIL: DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA AGREGADA
(A Preços Correntes - Em R\$ bilhões)

Tipo de Demanda	2018 4ºTri	2019 1ºTri	2019 2ºTri	2019 3ºTri	2019 4ºTri	2020 1ºTri	2020 2ºTri	2020 3ºTri
Consumo das famílias	1.195,0	1.152,7	1.169,9	1.211,9	1.262,6	1.184,9	1.038,3	1.167,9
Consumo do Governo	397,9	334,1	369,6	360,0	423,4	349,9	377,5	371,2
Investimento Bruto Interno	219,2	287,9	284,0	325,1	243,9	328,8	232,6	288,2
Formação bruta de capital fixo	274,0	262,8	279,7	306,2	285,5	293,3	257,5	306,3
Variação de estoque	-54,8	25,1	4,3	18,9	-41,6	35,5	-24,9	-18,1
Balança Comercial	9,4	-9,1	10,9	-13,0	-6,9	-19,7	60,3	64,4
Exportações	275,8	231,0	263,8	279,0	271,0	260,7	324,1	337,0
Importações (-)	266,4	240,1	252,9	292,0	277,9	280,4	263,8	272,6
Demanda Agregada Total	1.821,5	1.765,6	1.834,4	1.884,0	1.923,0	1.843,9	1.708,8	1.891,7

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais – Valores a Preços Correntes) (Consulta em 10/12/2020)

Considerando os componentes da demanda agregada interna, a maior queda no 3º trimestre foi no Consumo das Famílias. Comparado com 2019 (quando atingiu 64,8%), houve uma queda em 2020/3º trimestre, para 61,7%.

TABELA 5 – BRASIL: Componentes da demanda no PIB (%)

Período	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 3º Trim
Consumo das famílias	60,3%	61,4%	61,7%	63,0%	64,0%	64,3%	64,5%	64,6%	64,8%	61,7%
Consumo do governo	18,7%	18,5%	18,9%	19,2%	19,8%	20,4%	20,2%	19,9%	20,1%	19,6%
FBCF+Variação de Estoques	21,8%	21,4%	21,7%	20,5%	17,4%	15,5%	14,6%	15,1%	15,4%	15,2%
Exportações de bens e serviços	11,6%	11,9%	11,7%	11,0%	12,9%	12,5%	12,5%	14,6%	14,1%	17,8%
Importações de bens e serviços	12,4%	13,2%	14,0%	13,7%	14,1%	12,1%	11,8%	14,2%	14,4%	14,4%
PIB a preços de mercado	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais –Publicação completa) (consulta em 10/12/2020)

1.4. Brasil: Grandes Agregados- Evolução de Oferta e Demanda

TABELA 6 – Brasil: Agregados do PIB em valores correntes
(A Preços Correntes - Em R\$ Milhões)

Período	Agropecuária	Indústria	Serviços	Va	Impostos líquidos sobre produtos	PIB pm	Consumo das famílias	Consumo da administração pública	Formação bruta de capital fixo	Variação de estoques	Exportação de bens e serviços	Importação de bens e serviços (-)
2012	200.695	1.065.682	2.827.882	4.094.259	720.501	4.814.760	2.956.834	892.180	997.460	33.728	571.875	637.317
2013	240.290	189.434	3.181.844	4.553.760	777.859	5.331.619	3.290.422	1.007.275	1.114.944	41.685	626.051	748.758
2014	249.975	1.183.094	3.539.665	4.972.734	806.219	5.778.953	3.638.404	1.106.874	1.148.453	39.030	636.375	790.183
2015	258.967	1.160.787	3.735.847	5.155.601	840.186	5.995.787	3.835.193	1.185.776	1.069.397	-25.433	773.468	842.614
2016	306.655	1.150.720	3.962.447	5.419.822	849.506	6.269.328	4.028.136	1.277.645	973.271	-34.781	781.577	756.520
2017	302.971	1.197.800	4.171.155	5.671.926	913.553	6.585.479	4.247.259	1.327.758	958.779	4.386	824.434	777.137
2018	309.611	1.313.210	4.388.329	6.011.150	992.991	7.004.141	4.525.801	1.393.480	1.057.409	-131	1.025.056	997.474
2019	326.040	1.363.547	4.680.170	6.369.757	1.037.267	7.407.024	4.797.118	1.487.164	1.134.200	6.705	1.044.787	1.062.950
2020 1º Tri	124.866	313.521	1.143.671	1.582.058	261.805	1.843.863	1.184.872	349.885	293.311	35.522	260.691	280.418
2020 2º Tri	127.239	302.755	1.103.492	1.533.485	175.275	1.708.760	1.038.340	377.507	257.463	-24.873	324.086	263.764
2020 3º Tri	105.459	354.045	1.168.093	1.627.597	264.138	1.891.735	1.167.913	371.233	306.322	-18.087	336.965	272.610

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores - Contas Nacionais Trimestrais - Publicação completa) (Consulta em 10/12/2020)

TABELA 7 – BRASIL: Participação percentual dos setores no valor adicionado

Especificação	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 1º Tri	2020 2º Tri	2020 3º Tri
AGROPECUÁRIA	5,3	5,0	5,0	5,7	5,3	5,2	5,1	7,9	8,3	6,5
INDÚSTRIA	24,9	23,8	22,5	21,2	21,1	21,8	21,4	19,8	19,7	21,8
Extrativa Mineral	4,2	3,7	2,1	1,0	1,6	2,7	2,8	2,8	2,4	2,9
Transformação	12,3	12,0	12,2	12,5	12,4	12,3	11,8	10,4	11,0	12,6
Construção Civil	2,0	2,4	2,4	2,7	2,8	2,9	3,0	3,1	3,0	2,9
Prod. e distrib. De eletricidade, gás, água, esgoto e limp. urb.	6,4	5,7	5,7	5,1	21,1	4,0	3,8	3,5	3,4	3,4
SERVIÇOS	69,9	71,2	72,5	73,1	73,5	73,0	73,5	72,3	72,0	71,8
Comércio	13,5	13,6	13,3	12,9	13,2	13,0	12,9	12,7	11,8	14,4
Transporte, armazenagem e correio	4,5	4,6	4,4	4,4	4,3	4,4	4,4	4,3	4,1	4,3
Serviços de Informação	3,5	3,4	3,4	3,3	3,4	3,4	3,5	3,4	3,5	3,4
Intermediação financeira, seguros, prev. complementare Serv. Relac.	6,0	6,4	7,1	7,9	7,6	7,0	7,2	7,6	7,5	6,8
Outros Serviços	9,2	9,3	9,7	9,7	9,8	9,8	9,8	10,1	10,6	10,3
Ativ. imobiliária e aluguéis	16,9	17,4	17,4	17,5	17,6	17,9	18,0	17,1	15,8	15,5
Adm., saúde e educação públicas	16,4	16,4	17,2	17,4	17,6	17,4	17,6	17,1	18,5	17,0
VALOR ADICIONADO A PREÇOS BÁSICOS	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
IMPOSTOS SOBRE PRODUTOS	17,1	17,1	16,3	15,7	16,1	16,5	16,3	16,5	11,4	16,2
PIB A PREÇOS DE MERCADO	117,1	117,1	116,3	115,7	116,1	116,5	116,3	116,5	111,4	116,2

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores - Contas Nacionais Trimestrais - Publicação completa) (Consulta em 10/12/2020)

1.5 INDICADORES ADICIONAIS DE PRODUTO E RENDA

As informações a seguir apresentam desempenhos de:

TABELAS 8 e 9: desempenho de setores de produção do BRASIL: Indústria e Serviços/2020;

TABELA 10: IDH e PIB per-capita: estados do Sul do País e Brasil;

TABELA 11: PIB per-capita de países do BRICS e do MERCOSUL, (US\$), 2016 a 2018;

TABELA 12: TAXAS DE INVESTIMENTO e de POUPANÇA (como % do PIB /Brasil), 2010 a 2020 e gráfico respectivo.

GRÁFICO: TAXA DE VARIAÇÃO do PIB per capita, no período 2015 a 2018.

TABELA 8 – Desempenho em relação ao mês imediatamente anterior (%)					TABELA 9 - Desempenho no acumulado no ano em relação ao mesmo período do ano anterior						
2020		Set	Out	Nov	Dez	2020		Set	Out	Nov	Dez
Brasil	Indústria	2,8	1,0	1,1	0,9	Brasil	Indústria	-7,1	-6,3	-5,5	-4,5
	Serviços	2,5	2,9	2,0	0,7		Serviços	-8,1	-8,0	-7,6	-7,1
Paraná	Indústria	9,5	3,5	1,2	2,8	Paraná	Indústria	-7,3	-6,0	-4,3	-2,6
	Serviços	4,2	1,7	2,8	0,5		Serviços	-9,2	-9,2	-9,0	-8,5

Fonte: www.ibge.gov.br – SIDRA - (consulta em 26/02/2021) *Dados preliminares

***IDH: Índice de Desenvolvimento Humano:** varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. O **IDH** brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH Global: 1) Renda (PIB per capita); 2) Longevidade/Saúde (esperança de vida ao nascer); e 3) Educação (alfabetização e taxa de matrícula). Utilizado para medir o grau de desenvolvimento econômico e qualidade de vida

TABELA 10 – PIB per capita e IDH				
	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Brasil
IDHM 2016	0,792	0,805	0,783	0,776
IDHM 2017	0,792	0,808	0,787	0,778
IDH 2019	-	-	-	0,765
PIB Per Capita 2017 (R\$ corrente)	37.221	39.592	37.371	31.702
PIB Per Capita 2018 (R\$ corrente)	38.772	42.149	40.362	33.593

Fontes: <https://atlasbrasil.org.br/ranking> (consulta em 26/02/2021)

<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/relatorio-do-desenvolvimento-humano-2019.html> (consulta em 26/02/2021)

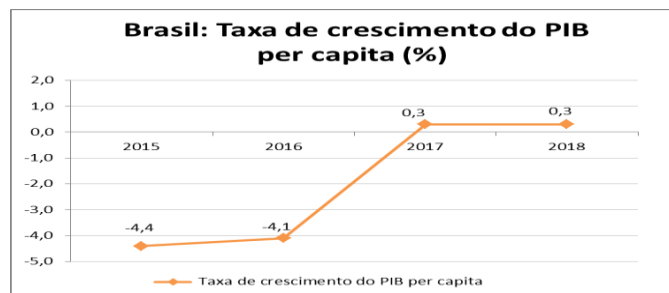
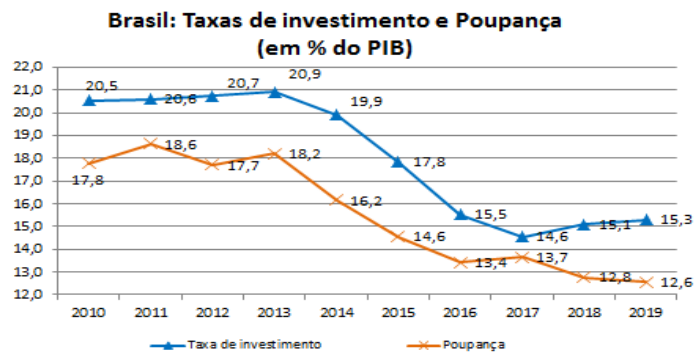
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101766_informativo.pdf (consulta em 08/03/2021)

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101765_informativo.pdf (consulta em 08/03/2021)

TABELA 11 - PIB per capita BRICS, MERCOSUL e Chile - (US\$ corrente)									
Período	Brasil	Rússia	Índia	China	África do Sul	Argentina	Paraguai	Uruguai	Chile
2017	9.925	10.720	1.981	8.879	6.132	14.591	5.680	17.322	14.999
2018	9.001	11.370	2.005	9.976	6.374	11.683	5.805	17.278	15.924
2019	8.717	11.585	2.099	10.261	6.001	9.912	5.414	16.190	14.896

Fonte: www.databank.bancomundial.org (consulta em 26/02/2021)

TABELA 12 - Brasil: Taxa de Investimento e Poupança (Em % do PIB)		
Ano	Investimento	Poupança
2010	20,5	17,8
2011	20,6	18,6
2012	20,7	17,7
2013	20,9	18,2
2014	19,9	16,2
2015	17,8	14,6
2016	15,5	13,4
2017	14,6	13,7
2018	15,1	12,8
2019	15,3	12,6
2020 1ºTri	15,9	13,4
2020 2ºTri	15,1	15,7
2020 3ºTri	16,2	17,3



Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais – Publicação completa) (consulta em 02/02/2021)

1.6 Paraná: Grandes Agregados

PARANÁ E GRANDES AGREGADOS DAS CONTAS NACIONAIS: PIB E VALOR AGREGADO

O que está contido nas Tabelas I, II, III, e IV, a seguir, se refere aos dados oficiais existentes a respeito do Produto Interno Bruto e Valor Agregado da economia do Estado do Paraná no período 2012 a 2017 (seis anos). As informações foram divulgadas pelo IBGE, entidade do governo federal responsável pelo cálculo das Contas Nacionais.

O Produto Interno Bruto se refere ao conjunto de bens e serviços produzidos em um espaço geoeconômico, pela estrutura produtiva de bens e serviços existente, em um determinado período de tempo. Os setores de atividade econômica que compõem e integram o Produto Interno Bruto de uma economia são: PIB da Agricultura (setor Primário); PIB da Indústria (setor Secundário); e PIB de Serviços (setor Terciário). Essa classificação segue o modelo de Contas Nacionais da ONU, utilizado por todos os países quando quantificam ou comparam o desempenho de suas economias. O PIB é quantificado sempre a preços de mercado, ou seja, inclui a chamada tributação líquida, ou seja, Impostos Indiretos menos Subsídios= II -S.

Por outro lado, o Valor Agregado- V.A é outra forma de mensuração do PIB, só que ele é a quantificação na conceituação de "custo de fatores", ou seja, o V.A não considera os impostos indiretos nem os subsídios (II-S), é quantificado conforme custos efetivos dos fatores de produção. O Valor Agregado é menor que o PIB, pois que não inclui Impostos Indiretos e nem Subsídios. (II arrecadados são sempre maiores que os Subsídios concedidos).

O IBGE divulgou dados do PIB do Paraná para 2017, o que permitiu alterações na participação do comércio de bens e serviços no total referente a 2017. Ainda em relação ao Paraná, foi inserido o desempenho do 1.o e 2.o trimestre de 2020 na Tabela IV.

TABELA I – PARANÁ: Valor adicionado (valores correntes - R\$ Milhões)

	2013			2014			2015		
	Valor corrente	% sobre o ano anterior	Participação % no Setor	Valor corrente	% sobre o ano anterior	Participação % no Setor	Valor corrente	% sobre o ano anterior	Participação % no Setor
TOTAL DAS ATIVIDADES	287.679	18,42	-	301.107	4,67	-	326.631	8,48	-
AGROPECUÁRIA	29.915	34,57	10,40	28.600	-4,40	9,50	29.398	2,79	9,00
Agricultura, apoio à agricultura e pós- colheita	21.801	38,78	72,88	19.468	-10,70	68,07	20.361	4,59	69,26
Pecuária, inclusive apoio à Pecuária	6.477	30,10	21,65	7.255	12,00	25,37	7.220	-0,47	24,56
Produção florestal, pesca e aquicultura	1.637	6,10	5,47	1.877	14,69	6,56	1.816	-3,26	6,18
INDÚSTRIA	74.996	15,43	26,07	75.758	1,02	25,16	83.080	9,66	25,44
Extrativas	434	-0,16	0,58	492	13,24	0,65	565	14,85	0,68
Transformação	46.998	29,52	62,67	47.601	1,28	62,83	50.518	6,13	60,81
Eletricidade e gás, água, esgoto, gestão de resíduos e descontaminação	11.382	0,13	15,18	10.301	-9,50	13,60	14.252	38,36	17,15
Construção	16.183	-4,15	21,58	17.365	7,31	22,92	17.746	2,19	21,36
SERVIÇOS	182.767	17,36	63,53	196.748	7,65	65,34	214.153	8,85	65,56
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	45.720	20,46	25,02	48.477	6,03	24,64	49.888	2,91	23,30
Transporte, armazenagem e correio	12.944	5,18	7,08	13.740	6,15	6,98	16.796	22,23	7,84
Alojamento e alimentação	5.705	12,48	3,12	6.040	5,88	3,07	5.618	-6,99	2,62
Informação e comunicação	7.608	32,18	4,16	8.051	5,82	4,09	8.741	8,58	4,08
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	12.916	9,05	7,07	14.162	9,65	7,20	15.181	7,19	7,09
Atividades imobiliárias	25.645	25,32	14,03	27.572	7,51	14,01	29.945	8,61	13,98
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	19.373	18,01	10,60	20.311	4,84	10,32	22.477	10,67	10,50
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	35.988	16,25	19,69	40.603	12,82	20,64	43.811	7,90	20,46
Educação e saúde privadas	9.485	26,22	5,19	9.409	-0,80	4,78	12.459	32,41	5,82
Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços	4.657	1,35	2,55	5.199	11,63	2,64	5.783	11,24	2,70
Serviços domésticos	2.727	-4,18	1,49	3.184	16,76	1,62	3.453	8,44	1,61

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Regionais) (consulta em 06/11/2020) (*) Valores correspondentes à participação no valor agregado total do Paraná

1.6 Paraná: Grandes Agregados

TABELA II – PARANÁ: Valor adicionado (valores correntes - R\$ Milhões)

	2016			2017			2018		
	Valor corrente	% sobre o ano anterior	Participação % no Setor	Valor corrente	% sobre o ano anterior	Participação % no Setor	Valor corrente	% sobre o ano anterior	Participação % no Setor
TOTAL DAS ATIVIDADES	351.330	7,56	-	366.028	4,18		382.568	4,52	-
AGROPECUÁRIA	34.670	17,94	9,87	34.454	- 0,62	9,41	36.365	5,55	9,51
Agricultura, apoio à agricultura e pós-colheita	24.268	19,19	70,00	24.007	-1,08	6,56	-	-	-
Pecuária, inclusive apoio à Pecuária	8.438	16,86	24,34	8.266	- 2,03	2,26	-	-	-
Produção florestal, pesca e aquicultura	1.965	8,18	5,67	2.182	11,05	0,60	-	-	-
INDÚSTRIA	90.310	8,70	25,71	92.836	2,80	25,36	93.691	0,92	25,60
Extrativas	524	-7,25	0,58	616	17,59	0,17	468	-24,04	0,13
Transformação	53.776	6,45	59,55	58.948	9,62	16,10	58.658	- 0,49	16,03
Eletricidade e gás, água, esgoto, gestão de resíduos e descontaminação	18.364	18.364	20,33	17.195	-6,36	4,70	18.222	5,97	4,98
Construção	17.646	-0,56	19,54	16.077	-8,89	4,39	16.343	1,66	4,46
SERVIÇOS	230.071	7,43	65,49	242.677	5,48	66,30	247.112	1,83	67,51
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	51.489	3,21	22,38	53.236	3,39	14,54	55.608	4,46	15,19
Transporte, armazenagem e correio	17.092	1,76	7,43	16.276	-4,77	4,45	17.959	10,34	4,91
Alojamento e alimentação	6.320	12,49	2,75	7.325	15,90	2,00	7.927	8,21	2,17
Informação e comunicação	8.412	-3,77	3,66	9.459	12,45	2,58	10.497	10,98	2,87
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	17.240	13,57	7,49	16.425	-4,73	4,49	16.722	1,81	4,57
Atividades imobiliárias	32.341	8,00	14,06	34.037	5,25	9,30	35.673	4,81	9,75
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	22.251	-1,01	9,67	24.611	10,60	6,72	28.053	13,99	7,66
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	49.054	11,97	21,32	52.523	7,07	14,35	52.992	0,89	14,48
Educação e saúde privadas	13.113	5,25	5,70	15.074	14,95	4,12	15.847	5,13	4,33
Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços	9.037	-2,15	3,93	9.773	8,15	2,67	5.834	11.234,42	1,59
Serviços domésticos	3.722	7,81	1,62	3.939	-	1,08	-	-	-

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Regionais) (consulta em 11/12/2020)
 (*) Valores correspondentes à participação no valor agregado total do Paraná

TABELA III: Participação do comércio de bens, serviços e turismo no Valor agregado da economia paranaense
Ano: 2018 em R\$ Milhões

	Valor corrente	Participação % no Setor	Participação % no Valor Agregado total do PR
TOTAL DO SETOR SERVIÇOS OU TERCIÁRIO	247.112	-	58,63
Ramos do comércio de bens, serviços e turismo*			
1. Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	55.608	22,50	15,19
2. Alojamento e alimentação	7.927	3,21	2,17
3. Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	28.053	11,35	7,66
4. Educação e saúde privadas	15.847	6,41	4,33
5. Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços	5.834	2,36	1,59
Total de 1 a 5	113.269	45,84	30,95

(*) Do conjunto de componentes do setor serviços ou terciário não foram considerados em "bens, serviços e turismo" os ramos de:

1. Transporte, armazenagem e correio;
2. Informação e comunicação;
3. Atividades financeiras, de seguro e serviços relacionados;
4. Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social.
5. Atividades imobiliárias

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Regionais) (consulta em 11/12/2020)

TABELA IV – PARANÁ: PIB (R\$ Milhões)

	Valor a Preços Correntes de Mercado	Varição Nominal Sobre o ano Anterior (%)	Varição Real no ano (%)	Participação PR / BR (%)
2015	376.963	8,3	-3,4	6,29
2016	401.814	6,6	-2,6	6,41
2017	421.498	4,9	2,0	6,40
2018	440.029	4,4	1,2	6,28
2019	456.888	-3,27	0,5	5,72
2020- 1ºTri	129.482	8,43*	1,4	7,02
2020- 2ºTri	109.207	-4,07*	-0,5	6,39
2020- 3ºTri	117.699	3,55*	-1,6	6,22

Fonte: www.ipardes.gov.br (Consulta em 05/01/2021) –Paraná 2017, 2018 e 2019: estimativas preliminares do IPARDES. Dados sujeitos a alteração
 *Variação em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

2. MERCADO DE TRABALHO

2.3. Taxa de desocupação: Brasil e região Sul

No trimestre móvel Out/Nov/Dez 2020 a taxa de desocupação no Brasil ficou em 13,9% e os desocupados atingiram 13,9 milhões. Os números de 2020 apresentaram aumento sucessivo de trimestre para trimestre em relação ao total de desocupados no país, porém neste houve uma queda.

No Paraná, a taxa de desocupação desde 2015 tem sido menor que a brasileira. No entanto, uma grande diferença é que a desocupação no Paraná, comparada aos outros estados da região Sul, desde 2015 até 2019, tem sido maior que Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No 3.º trimestre de 2020, a desocupação no Paraná atingiu 10,2%, a região Sul chegou a 9,4%) já os estados de SC (6,6%) e RS (10,3%). Cabe destacar a ocorrência de menor desocupação na Região Sul no estado de Santa Catarina desde 2015.

TABELA 13 - PNAD: TAXA DE DESOCUPAÇÃO						
Período	Taxa de Desocupação Variação %					Desocupados (em milhares)
	Brasil	Sul	PR	SC	RS	Brasil
2016	11,50	5,00	8,20	6,3	8,2	11.760
2017 1º Tri	13,70	9,29	10,30	7,9	9,1	14.176
2º Tri	13,00	8,40	8,90	7,5	8,4	13.486
3º Tri	12,40	7,9	8,5	6,7	8,0	12.961
4º Tri	11,80	7,7	8,3	6,3	8,0	12.311
2017	12,70	8,3	9,0	7,1	8,4	13.234
2018 1º Tri	13,1	8,4	9,6	6,5	8,5	13.689
2º Tri	12,4	8,2	9,1	6,5	8,3	12.966
3º Tri	11,9	7,9	8,6	6,2	8,2	12.500
4º Tri	11,6	7,3	7,8	6,4	7,4	12.195
2018	12,3	8,0	8,8	6,4	8,1	12.837
2019 1º Tri	12,7	8,1	8,9	7,2	8,0	13.387
2019 2º Tri	12,0	8,0	9,0	6,0	8,2	12.766
2019 3º Tri	11,8	8,1	8,9	5,8	8,8	12.515
2019 4º Tri	11,0	6,8	7,3	5,3	7,1	11.632
2019	11,9	7,8	8,5	6,1	8,0	12.575
2020 1º Tri	12,2	7,5	7,9	5,7	8,3	12.850
2020 2º Tri	13,3	8,9	9,6	6,9	9,4	12.791
2020 3º Tri	14,6	9,4	10,2	6,6	10,3	14.092
Out-Nov-Dez	13,9	-	-	-	-	13.925

(*) A seguir, detalhes sobre os conceitos utilizados na Tabela 15.

- **-Taxa de desocupação:** Percentual de pessoas desocupadas em relação às pessoas na força de trabalho, $[\text{Desocupados} / \text{força de trabalho}] \times 100$.
- **-Pessoas desocupadas:** São classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho nessa semana, que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem trabalho na semana de referência que não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de 30 dias porque já haviam conseguido trabalho que iriam começar após a semana de referência.
- **-Pessoas na força de trabalho:** As pessoas na força de trabalho na semana de referência compreendem as pessoas ocupadas e as pessoas desocupadas no período.

3. NÍVEL DE SALÁRIO

3.1. Salário Mínimo no Brasil

O salário mínimo, com correção anual definida pelo governo federal, tem a variação definida pela inflação acumulada nos 12 meses anteriores e mais uma percentual variável de produtividade. É um valor de referência para a remuneração no país. Os trabalhadores do comércio têm sua remuneração estabelecida a partir de uma correção igual ao valor da inflação sobre o salário anterior mais os percentuais de itens negociados na data base entre os sindicatos representativos das categorias de trabalhadores e de empresários do comércio. O início da vigência do novo salário possibilita um adicional na massa de salários para os trabalhadores e um correspondente aumento no poder de compra desses trabalhadores.

TABELA 14 – BRASIL: SALÁRIO MÍNIMO

Período	Valores em R\$	Variação (%)	Equivalência em US\$ (1)	Cotação do Dólar	Início da Vigência	Inflação no Período (%) (2)
2016	880,00	11,67	217,93	4,038	1/1/2016	10,67
2017	937,00	6,48	286,29	3,273	1/1/2017	6,29
2018	954,00	1,81	291,82	3,269	1/1/2018	2,95
2019	998,00	4,61	258,62	3,859	1/1/2019	3,75
2020	1.045,00	4,71	246,06	4,247	1/2/2020	4,19
2021*	1.100,00	5,26	213,10	5,162	1/1/2021	4,52

Fonte: www.brasil.gov.br – (Notícia - Emprego – Salário Mínimo) (Consulta em 03/02/2021).

Salário mínimo–SM no Brasil: criado pelo Decreto-Lei nº 2162 de 01/05/1940, a partir de divisões em 22 regiões. Em maio de 1984 ocorreu a unificação do SM no país. A partir de 1990, apesar dos altos índices de inflação, as políticas salariais buscaram garantir poder de compra do SM.

(1) Foi utilizado como referência o valor de venda do US\$-dólar no primeiro dia útil do mês da alteração salarial.

(2) O valor da Inflação se refere ao valor acumulado do IPCA, em relação ao salário anterior. O valor no período pode diferir da inflação anual.

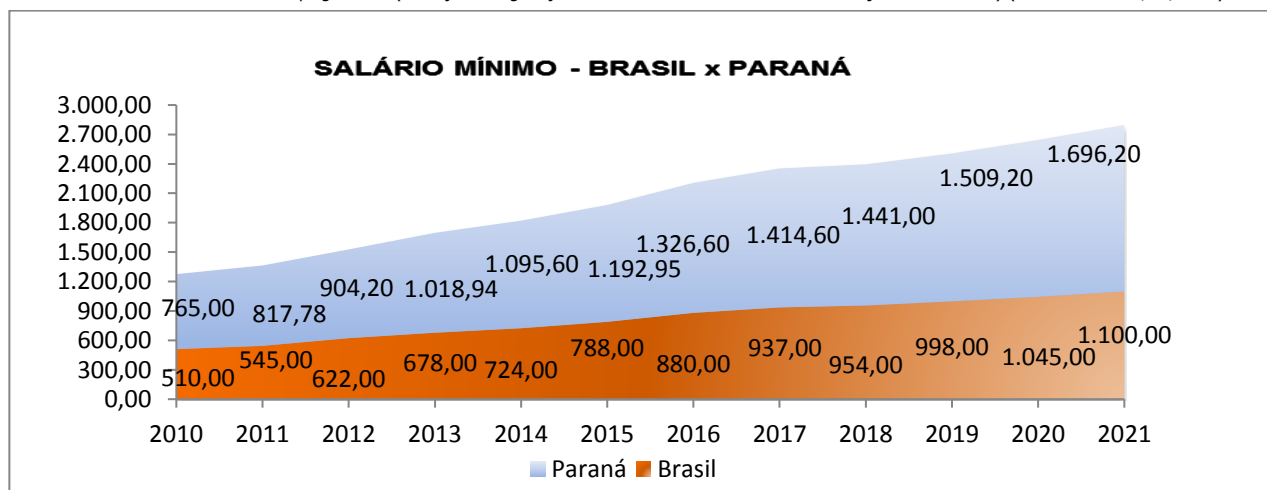
3.2. Salário Mínimo no Paraná

O Governo do Paraná instituiu, a partir de 2006, salário mínimo regional para categorias que não possuíam: a) piso salarial estabelecido em convenção ou acordo coletivo de trabalho; b) piso salarial estabelecido em lei federal. Exemplos: empregadas domésticas. Os valores na Tabela 17 correspondem ao máximo do reajuste. Leis estaduais permitiram alterações no salário do estado.

TABELA 15 – PARANÁ: SALÁRIO MÍNIMO

Período	Valores em R\$	Variação (%)	Equivalência em US\$	Cotação do Dólar	Data de Vigência	Inflação no Período (%)
2017	1.414,60	6,63	446,25	3,170	1/5/2017	4,57
2018	1.441,00	1,87	442,02	3,260	1/3/2018	2,68
2019	1.509,20	4,73	411,36	3,67	1/2/2019	3,89
2020	1.599,40	5,98	396,86	4,03	1/1/2020	4,31
2021	1.696,20	6,05	328,59	5,16	1/1/2021	4,52

Fonte: www.casacivil.pr.gov.br – (Serviços – Legislação – Decretos – Decreto 387 de 30 de janeiro de 2019) (Consulta em 03/02/2021).



(*) Informações adicionais sobre o Paraná: verificar nos textos das Legislações Respectivas.

4. NÍVEL DE PREÇOS

4.1. Introdução

As oscilações dos níveis de preços constituem fatores importantes na avaliação conjuntural de uma economia. Os órgãos encarregados dessa mensuração devem utilizar metodologias consistentes que permitam captar adequadamente as variações nos preços. Ademais, os itens que compõem a cesta de bens a ser pesquisada para se realizar o cálculo da inflação devem representar os padrões de consumo das categorias de renda avaliadas.

Serão apresentados como representativos das variações de preços, dois indicadores:

1.º) IPCA: índice de preços ao consumidor ampliado, índice oficial de inflação do Brasil, obtido pelo IBGE. Representa variações de preços de produtos e serviços consumidos por famílias com renda até 40 salários mínimos, em diferentes regiões do País. Os índices obtidos em cada região são agregados conforme pesos pré-determinados relacionados à importância, dimensão e habitantes para a composição do índice nacional.

Os grupos de despesas que compõem o IPCA são os seguintes:

- 1) Alimentação e bebidas;
- 2) habitação;
- 3) artigos de residência;
- 4) vestuário;
- 5) transportes;
- 6) saúde e cuidados pessoais;
- 7) despesas pessoais;
- 8) educação;
- 9) comunicação.

A base de cálculo do IPCA é composta de: **a)** doze (12) regiões metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Belém, Fortaleza, Salvador, Rio Branco, São Luiz, Aracaju; **b)** Distrito Federal; **c)** três (3) cidades: Goiânia, Vitória, Campo Grande.

TABELA 16 – ÍNDICE DE PREÇOS

Índice	Entidade Elaboradora	Período de Coleta: dias	Base Geográfica	Renda Familiar	Uso Principal
1) IPCA ⁽¹⁾	IBGE	1 a 30 (mês civil)	11 Capitais (*)	1 a 40 SM	Inflação oficial do País Tem ampla aplicação.

4.2. Meta da Inflação

O regime de metas de inflação foi implantado em 1999. Nesse procedimento, as autoridades monetárias: Comitê de Política Monetária-COPOM, Conselho Monetário Nacional-CMN, Banco Central e Ministério da Fazenda – definem para o ano seguinte um valor limite para a inflação (meta), com oscilação para cima ou para baixo de, anteriormente 2 pontos para 1,5 pontos no ano de referência, o posicionamento das autoridades visa o cumprimento da meta.

O valor da inflação definido na meta é obtido das análises do desempenho da economia no ano anterior, das tendências do mercado externo, das oscilações da demanda agregada e das variações de preços básicos (commodities agrícolas, petróleo, indústria extrativa mineral e siderurgia).

(1) IPCA - Preços ao Consumidor Amplo

4. NÍVEL DE PREÇOS

4.3. Taxa de Inflação

A inflação de janeiro/2021 atingiu 0,25%, queda bastante significativa em relação aos meses do 2.o semestre de 2020. A meta de inflação estabelecida pelo BC para 2021 é de 3,75%, valor abaixo de 2020, que foi 4,0%. Os maiores motivadores da inflação em janeiro no Brasil foram: a) alimentação e bebidas: 1,02%; b) artigos de residência: 0,86%; c) transportes: 0,41%. Elevações maiores ocorreram em produtos agrícolas como: arroz, carnes e leite. A demanda estimulada pelos recursos do Auxílio Emergencial-AE de 2020 contribuiu para a elevação do índice. Atualmente, não há condições de melhoria no padrão de consumo, principalmente nas categorias de menor renda e poder de compra. Os preços no atacado crescem rapidamente, especialmente de bens da indústria de transformação, devido elevação nos preços de matérias-primas, de insumos em geral e dos importados pelo segmento. No entanto, no Paraná, os preços de mercado em menores polos comerciais se demonstraram mais contidos.

Há grandes expectativas em relação aos efeitos das intenções do governo federal de aprovar e implementar duas Reformas: uma, a Reforma fiscal-tributária e outra a Reforma administrativa. Considerando que parcelas da inflação surgem na esteira dos custos adicionais vinculados às questões tributárias e administrativas, suas aprovações poderão contribuir para conter percentuais de inflação.

Uma pesquisa do Instituto Locomotiva divulgada em novembro/2020 informava que devido à redução da renda e elevação dos gastos das famílias da classe média brasileira, essas categorias de consumidores reduzirão em R\$ 247 bilhões em 2020 os seus gastos em produtos e serviços. No entanto, a queda nos juros (SELIC), e seus efeitos sobre o sistema financeiro imobiliário, contribuíram para expandir a demanda de imóveis, gerando efeitos multiplicadores diretos e indiretos para aquecimento.

TABELA 17 – TAXA DE INFLAÇÃO E META DE INFLAÇÃO				
Período	Brasil			Meta de Inflação (%)
	IPCA (IBGE) (%)			
2012	6,20			4,5
2013	5,56			4,5
2014	6,41			4,5
2015	10,67			4,5
2016	6,29			4,5
2017	2,95			4,5
2018	3,75			3,75
2019	4,31			4,31
	Variação mensal	Acumulado no Ano	Acumulado 12 meses	
2020		4,56		4,0
Jan	0,21	0,21	4,19	
Fev	0,25	0,46	4,01	
Mar	0,07	0,53	3,30	
Abr	-0,31	0,22	2,40	
Mai	-0,38	-0,16	1,88	
Jun	0,26	0,1	2,13	
Jul	0,36	0,46	2,31	
Ago	0,24	0,7	2,44	
Set	0,64	1,34	3,14	
Out	0,86	2,22	3,92	
Nov	0,89	3,13	4,31	
Dez	1,35	4,52	4,52	
2021				3,75
Jan	0,25	2,51	4,30	

Tabela 17.A – Maiores aumentos por grupos de despesas – Brasil (Janeiro)	
Alimentação e Bebidas	1,02
Artigos de Residência	0,86
Transportes	0,41

Tabela 17.C – Maiores aumentos por localidades – Brasil (Janeiro)	
Belém	0,53
São Paulo	0,5
Fortaleza	0,44

Tabela 17.B – Menores aumentos por grupos de despesas – Brasil (Janeiro)	
Habitação	-1,07
Vestuário	-0,07
Comunicação	0,02

Tabela 17.D – Menores aumentos por localidades – Brasil (Janeiro)	
Belo Horizonte	-0,17
Rio de Janeiro	-0,03
Brasília	0,05

5. TAXA DE JUROS E POUPANÇA

A taxa SELIC/Banco Central no mês de fevereiro permaneceu em 2,00%, valor vigente desde agosto/2020. O valor atual da SELIC: 2,00% equivale a uma taxa real de juros, sem inflação, abaixo de 1,00%, mais adequado ao padrão vigente em países desenvolvidos. É um indicador que pode contribuir para melhoria da gestão da oferta de crédito a médio prazo e também para a gestão e administração da dívida pública.

Os níveis atuais dos juros SELIC contribuem para elevar a demanda de créditos para financiamento imobiliário, muito associado igualmente à expansão dos depósitos em contas de caderneta de poupança. Os níveis atuais de juros também contribuem no aquecimento na indústria da construção civil, na elevação do emprego em atividade que é grande absorvedora de mão-de-obra, e também para o comércio de materiais de construção.

Por outro lado, as taxas de rentabilidade da poupança, desde junho/2020, estão abaixo de 0,20%. A rentabilidade entre jan-mai /2020 foi superior a 0,20%. Em 2021 está em 0,1159.

TABELA 18 – VARIAÇÃO DA TAXA DE JUROS SELIC DO BANCO CENTRAL

2018		2019		2020		2021	
Mês	Taxa Selic (%)	Mês	Taxa Selic (%)	Mês	Taxa Selic (%)	Mês	Taxa Selic (%)
Jan	7,00	Jan	6,50	Jan	4,50	Jan	2,0
Fev	6,75	Fev	6,50	Fev	4,25	Fev	2,0
Mar	6,50	Mar	6,50	Mar	3,75	Mar	
Abr	6,50	Abr	6,50	Abr	3,75	Abr	
Mai	6,50	Mai	6,50	Mai	3,00	Mai	
Jun	6,50	Jun	6,50	Jun	2,25	Jun	
Jul	6,50	Jul	6,50	Jul	2,25	Jul	
Ago	6,50	Ago	6,00	Ago	2,00	Ago	
Set	6,50	Set	5,50	Set	2,00	Set	
Out	6,50	Out	5,50	Out	2,00	Out	
Nov	6,50	Nov	5,00	Nov	2,00	Nov	
Dez	6,50	Dez	4,50	Dez	2,00	Dez	

TABELA 19 – POUPANÇA (*)

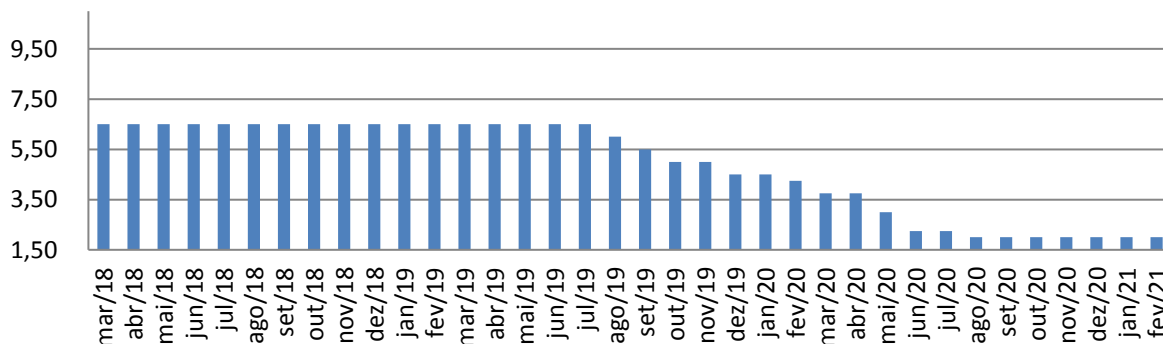
	2020	2021
Mês	Rentabilidade	Rentabilidade
Jan	0,2588	0,1159
Fev	0,2588	0,1159
Mar	0,2446	
Abr	0,2162	
Mai	0,2162	
Jun	0,1733	
Jul	0,1303	
Ago	0,1303	
Set	0,1159	
Out	0,1159	
Nov	0,1159	
Dez	0,1159	

Fonte: www.bcb.gov.br – (Sistema de metas para a inflação – Copom) (Consulta em 01/03/2021)

Fonte: www.bcb.gov.br (Economia e Finanças – Séries Temporais – Acesso ao Sistema de Séries Temporais – Mercados Financeiros e de Capitais – Aplicações Financeiras – Caderneta de Poupança – Rentabilidade no Período) (Consulta: 01/03/2021)

(*) A rentabilidade, TR+0,5% a.m., refere-se a cadernetas com aniversário no primeiro dia do mês posterior ao assinalado (maior concentração)

EVOLUÇÃO DA TAXA DE JUROS (SELIC) - 2018 a 2021



6. MERCADO DE AÇÕES

O Índice IBOVESPA de fevereiro/2021 atingiu 110.035 pontos. A pontuação de 2021 está abaixo do verificado em dezembro/2020.

O governo brasileiro anunciou em vários momentos de 2020, a intenção de iniciar um processo de privatização de várias empresas públicas ainda no respectivo mandato, que vai até 2022, com a venda de ações. Foi uma proposta bem assimilada por empresários nacionais e investidores do exterior. Igualmente, o Poder Legislativo concordou com as premissas iniciais, considerando a necessidade de expansão de recursos financeiros para o governo federal, via privatização. No entanto, parece que alguns pressupostos não foram bem consolidados, o que veio a prejudicar o início desse processo.

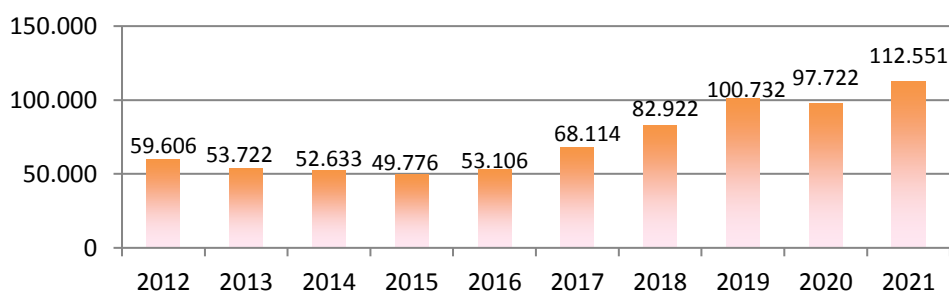
Um segmento que desde junho ganhou espaço nas preferências dos consumidores foi o de investimentos imobiliários e aplicações em fundos imobiliários associado à queda nos juros. A realidade econômica abriu espaço para aplicações em imóveis, conforme a dimensão dos centros urbanos. Verificou-se o esgotamento do estoque de imóveis concluídos disponíveis no mercado para venda. Ainda mais por que na construção civil os prédios de apartamentos consomem um prazo de até dois anos, desde a identificação da localização, tipo do produto a ser lançado, autorização legal para início de vendas, até a conclusão da obra. Considere-se ainda a grande importância da construção civil para a geração de empregos, diretos e indiretos.

Permanece nos noticiários a intenção do governo de reduzir os percentuais futuros de lucros distribuídos aos acionistas, possibilidade que pode afetar aplicações na Bovespa.

TABELA 20 – BOLSA DE VALORES

Período	Índice Bovespa (Pontos) (1)	Variação Percentual (%)	Índice Nasdaq (Pontos)	Variação Percentual (%)	Índice Dow Jones (Pontos)	Variação Percentual (%)
2016	53.106	6,69	5.016	1,69	18.027	3,08
2017	68.114	28,26	6.293	25,46	21.938	21,69
2018	82.922	21,74	7.406	17,68	24.996	13,94
2019	100.732	21,48	8.014	8,21	26.556	6,24
2020	97.722	-2,99	10.295	-22,16	26.706	0,58
Fev	104.171	-8,43	8.567	-6,38	24.409	-10,07
Mar	73.019	-29,90	7.700	-10,12	21.917	-13,74
Abr	80.505	10,25	8.889	15,45	24.345	11,08
Mai	87.402	8,57	9.489	6,75	25.383	4,26
Jun	95.055	8,76	10.058	5,99	25.812	1,69
Jul	102.912	8,27	10.745	6,83	26.428	2,38
Ago	99.369	-3,44	11.775	9,59	28.430	7,57
Set	94.603	-4,80	11.167	-5,16	27.781	-2,28
Out	93.952	-0,69	10.911	-2,29	26.501	-4,61
Nov	108.893	15,90	12.198	11,80	29.638	11,84
Dez	119.017	9,30	12.888	5,65	30.606	3,27
2021	--	--	--	--	--	--
Jan	115.067	-3,32	13.070	1,42	29.982	-2,04
Fev	110.035	-4,37	13.192	0,93	30.932	3,17

IBOVESPA - MÉDIA ANUAL



Fontes: www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-data/cotacoes/ - (Consulta em 01/03/2021)
<https://br.investing.com/indices/nasdaq-composite-historical-data> - (Consulta em 01/03/2021)
<https://br.investing.com/indices/us-30-historical-data/> (Consulta em 01/03/2021)

(1) Cálculo anual com base na média do ano.

Índice Dow Jones: um dos principais indicadores do mercado dos EUA. Corresponde ao valor avaliado de trinta grandes ações industriais, cujos negócios passam pela Bolsa de Nova York. Empresas que compõem este índice são: General Motors, Goodyear, IBM e Exxon.

Índice Nasdaq: é um mercado de ações automatizado dos EUA, onde estão mais de 2.800 ações de diferentes empresas, na maioria de pequena e média capitalização. É o 2.º maior mercado de ações em capitalização de mercado do mundo, depois da Bolsa de Nova York.

7. RISCO- PAÍS-RP

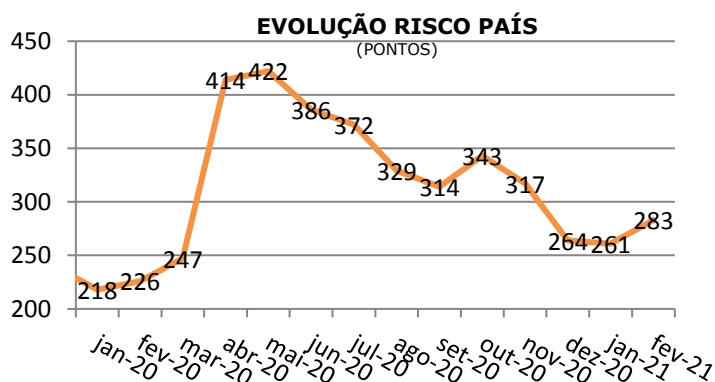
O risco-país (RP) é um indicador que tem como objetivo mostrar o grau de confiança dos investidores em relação à capacidade de pagamento das dívidas de um país. Quanto menor a possibilidade de honrar suas dívidas haverá um menor grau de segurança para os investidores. Dessa forma o RP será maior, ou seja, de não honrar débitos e, em decorrência, este país terá que pagar juros maiores aos adquirentes de seus títulos. Por outro lado, quanto menor o RP, menor será o risco e maior será a estabilidade econômica do país pesquisado. Desde que menor o RP, maior será a estabilidade econômica. Uma parte das oscilações dos valores do RP poderá estar vinculada a fatores institucionais e políticos.

No mês de fevereiro/2021, o RP do Brasil atingiu 283 pontos, superou à média de 2019 que atingiu 245 pontos, mas menor que o valor de 2020, quando marcou 321 pontos. Quanto menor o RP, melhor será o indicador, sinalizando tendência de estabilidades econômica, política, institucional e social. A ocorrência da pandemia do *coronavírus* e os respectivos efeitos contribuíram para afetar os indicadores do grau de confiança dos investidores em relação ao desempenho futuro de vários países.

O maior valor do RP no Brasil foi 2.436 pontos, em setembro/2002, próximo das eleições presidenciais naquele ano; o menor foi 136 pontos em janeiro/2013. Possui uma combinação de características conjunturais e estruturais vinculadas às circunstâncias e perspectivas dominantes na mensuração.

Ainda há um grande espaço a ser percorrido para melhorar as tendências de estabilidade. No entanto, a crise do *coronavírus* permite uma série de interrogações.

TABELA 21 – RISCO PAÍS		
Período	Risco País (*) (pontos)	Variação (%)
2010	204	-33,33
2011	193	-10,29
2012	189	3,51
2013	207	9,41
2014	230	11,11
2015	336	46,27
2016	392	16,55
2017	271	-30,84
2018	273	0,74
2019	245	-10,85
2020	321	30,66
Jan	218	-9,17
Fev	226	3,67
Mar	247	9,29
Abr	414	83,19
Mai	422	70,85
Jun	386	-6,76
Jul	372	-11,85
Ago	329	-14,77
Set	314	-15,59
Out	343	4,26
Nov	317	0,96
Dez	264	-23,03
2021	--	--
Jan	261	-1,14
Fev	283	8,43



(*) Os valores mensais referem-se ao primeiro dia útil do mês. //Fonte: www.ipeadata.gov.br (Consulta em 01/03/2021)

8. VARIAÇÕES CAMBIAIS DO DÓLAR (US\$) E EURO (EUR)

A cotação do US\$ em fevereiro/2021 (BC) atingiu R\$ 5,460. A valorização do US\$ tem condições de incentivar exportações do Brasil (US\$ com maior poder de compra), mas pode prejudicar o custo das importações e dos bens de capital (muito importantes para importação de máquinas e modernização tecnológica).

Podem surgir restrições via limitações relacionadas ao *coronavirus* (Covid-19) e que comprometeu muito o consumo interno, reduziu o poder de compra e afetou diversos aspectos da indústria de transformação brasileira, em termos de insumos importados.

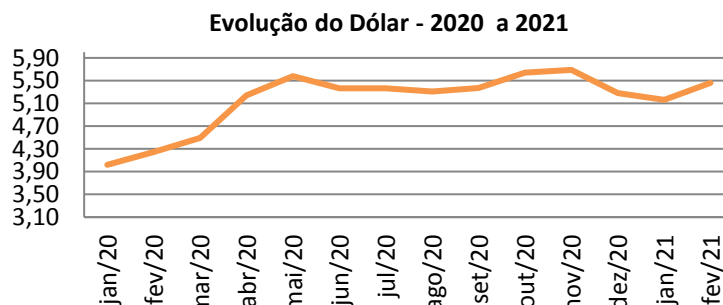
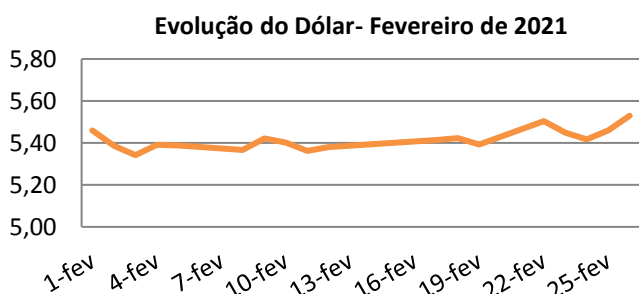
Em relação ao EURO, a cotação cambial dessa moeda em fevereiro/2021, em relação ao Real, atingiu R\$ 6,5976 por EURO.

A ociosidade na indústria de transformação interna impediu, especialmente entre março a junho, a expansão de preços. Foi o período em que houve o maior volume de estoques na indústria (produzido, mas não vendido). A partir de julho-agosto, as vendas iniciaram uma melhora, mas ainda não o suficiente para recuperar a fase crítica.

A adoção de inovações e modernização no processo produtivo permitiu gerar bens de maior valor agregado e de faturamento superior ao obtido via *commodities*.

TABELA 22 – VARIAÇÃO DO DÓLAR E EURO (*)

Período	2017 (R\$)		2018 (R\$)		2019 (R\$)		2020 (R\$)		2021 (R\$)	
	DÓLAR	EURO	DÓLAR	EURO	DÓLAR	EURO	DÓLAR	EURO	DÓLAR	EURO
Jan	3,2723	3,4264	3,2691	3,9350	3,2723	3,4264	3,2691	3,9350	5,162	6,3338
Fev	3,1473	3,3830	3,1724	3,9471	3,1473	3,3830	3,1724	3,9471	5,4602	6,5976
Mar	3,0897	3,2714	3,2614	3,9714	3,0897	3,2714	3,2614	3,9714		
Abr	3,1161	3,3196	3,3098	4,0664	3,1161	3,3196	3,3098	4,0664		
Mai	3,1718	3,4601	3,5418	4,2371	3,1718	3,4601	3,5418	4,2371		
Jun	3,2301	3,6216	3,7407	4,3680	3,2301	3,6216	3,7407	4,3680		
Jul	3,3009	3,7518	3,9049	4,5309	3,3009	3,7518	3,9049	4,5309		
Ago	3,1154	3,6755	3,7485	4,3723	3,1154	3,6755	3,7485	4,3723		
Set	3,1327	3,7201	4,1273	4,7951	3,1327	3,7201	4,1273	4,7951		
Out	3,1636	3,7150	4,0267	4,6569	3,1636	3,7150	4,0267	4,6569		
Nov	3,2730	3,8068	3,6968	4,2125	3,2730	3,8068	3,6968	4,2125		
Dez	3,2630	3,8702	3,8279	4,3408	3,2630	3,8702	3,8279	4,3408		



Fonte: www.bc.gov.br – (Câmbio e Capitais Internacionais – Taxas de câmbio – Cotações e boletins) (Consulta em 01/03/2021)

(*) Cotações com base no valor de compra do dólar no primeiro dia útil do mês, conforme Banco Central.

II. ATIVIDADE EMPRESARIAL*

9. INDICADORES RELATIVOS AO COMÉRCIO E CONSUMIDORES

O índice de confiança da sondagem do comércio da FGV é obtido via média aritmética de seus componentes: 1) volume de demanda atual; 2) situação atual dos negócios; 3) vendas previstas nos três meses seguintes e 4) situação dos negócios nos seis meses seguintes.

9.1. Sondagem do Comércio/FGV

a) Índice de Confiança

O Índice de Confiança do Comércio subiu 0,2 ponto em fevereiro chegando a 91,0. Esse aumento, apesar de modesto, interrompe uma sequência de quedas desde setembro de 2020. Essas quedas vinham ocorrendo devido aos empresários do setor avaliarem piora no ritmo de vendas nos meses em questão.

b) Índice de Expectativas

O índice de expectativas de fevereiro foi de 95,9 pontos, um aumento em relação ao mês anterior. A superação de 100 pontos é muito importante, pois abre espaço para início de inversão de tendência em termos positivos. Apesar de estar abaixo desse nível, o aumento demonstra redução no pessimismo. Desde que se viabilize o avanço da vacinação e melhora da confiança do consumidor, são sinais de recuperação das vendas ao longo do ano.

9.2. Sondagem do Consumidor / FGV

a) Índice de Confiança

O Índice de Confiança do Consumidor em fevereiro foi de 78,0 pontos aumento de 2,2 pontos em relação ao mês anterior após queda consecutiva em 4 meses. Apesar da melhora na percepção dos consumidores, a superação dos 100 pontos depende de fatores como a velocidade de vacinação, diminuição nos números de casos de covid-19 e, principalmente, da recuperação do mercado de trabalho.

b) Índice de Expectativas

O Índice de Expectativas do Consumidor em fevereiro foi de 84,8 pontos, aumento de 2,6 pontos. Apesar do aumento bastante considerável, os consumidores estão cautelosos no consumo de bens duráveis.

TABELA 23 – Índices Sondagem COMÉRCIO FGV

Meses	Índice de Confiança	Mês do ano anterior	Índice de Expectativas	Mês do Ano anterior
Ago/20	96,6	97,6	91,3	101,9
Set/20	99,6	96,7	92,4	101,9
Out/20	95,8	97,4	86,6	101,6
Nov/20	93,5	96,6	87,5	100,5
Dez/20	91,7	96,8	90,1	100,6
Jan/21	90,8	98,1	92,1	104,4
Fev/21	91,0	99,8	95,9	107,0

TABELA 24 – Índices Sondagem CONSUMIDOR FGV

Meses	Índice de Confiança	Mês do ano anterior	Índice de Expectativas	Mês do ano anterior
Ago/20	80,2	90,6	87,1	99,3
Set/20	83,4	89,9	91,5	99,1
Out/20	82,4	89,6	90,2	98,5
Nov/20	81,7	89,6	89,3	97,7
Dez/20	78,5	91,6	85,6	100,3
Jan/21	75,8	90,4	82,1	98,9
Fev/21	78,0	87,8	84,8	93,2

Fonte: <http://portalibre.fgv.br/> (acesso em 02/03/2021)

9.3. Índice Confiança do Empresário do Comércio – ICEC da CNC (escala: 0 a 200)

a) O índice em fevereiro atingiu 104 pontos, uma queda de 1,5%. Entretanto ainda superou os 100 pontos se mantendo na zona de satisfação desde Outubro de 2020. Mesmo com pouco otimismo, uma possível implementação de um novo programa de transferência de renda, entre outras políticas públicas para acelerar a capacidade de recuperação da economia e do consumo, poderá modificar o cenário de incertezas, melhorando as expectativas.

9.4. Intenção de Consumo das Famílias - ICF/ CNC (escala 0 a 200)

b) Em fevereiro de 2021, a ICF atingiu 74,2 pontos, melhor resultado desde maio de 2020. As famílias apresentam fatores positivos que demonstram melhora no consumo, entretanto ainda seguem cautelosos devido a ambiente político e econômico gerarem incertezas.

TABELA 25 – Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec - CNC) Escala: 0 - 200

Meses	Índice (sem ajuste sazonal)
Ago/20	78,2
Set/20	91,6
Out/20	103,1
Nov/20	108,0
Dez/20	108,5
Jan/21	105,8
Fev/21	104,5

TABELA 26 – Intenção de consumo das Famílias (ICF - CNC) Escala: 0 - 200

Meses	Índice (sem ajuste sazonal)
Ago/20	66,2
Set/20	67,6
Out/20	68,7
Nov/20	69,8
Dez/20	72,1
Jan/21	73,6
Fev/21	74,2

Fonte: www.cnc.org.br (acesso: 01/03/2021)

* Os dados da Pesquisa do Comércio do PR estão em: www.fecomerciopr.com.br/servicos/pesquisas/pesquisa-conjuntural.

10. ABERTURA DE EMPRESAS NO PARANÁ

Os números de dezembro/2020 indicam abertura de 4.084 empresas no Paraná. Em 2020, no acumulado do ano, os números no Paraná atingiram 54.292 empresas. O maior número de abertura de empresas no Paraná em 2020 foi no segmento de "sociedades empresariais", relacionadas a "grupos empresariais": 35.975 no ano.

Devido características específicas, tradicionalmente, em dezembro, a abertura de novas empresas é menor, fase em que as programações dos empresários se voltam para identificar perspectivas do ano seguinte. No final do ano, surgem indicativos das intenções futuras de governo e possíveis alterações nas políticas econômicas. Dentre as empresas abertas, tem predominado as micros e pequenas, incluindo-se aí as MEIs (micro empresas individuais).

TABELA 27 – ABERTURA DE EMPRESAS NO PARANÁ
(Conforme Natureza Jurídica)

Período	Empresário ⁽¹⁾	EIRELI ⁽²⁾	Soc. Empresarial ⁽³⁾	S/A	Cooperativa	Outros	TOTAL
2012	19.348	2.392	28.774	901	186	142	51.743
2013	19.109	3.864	28.431	758	186	79	52.436
2014	16.056	4.836	23.901	653	206	69	45.721
2015	27.347	7.975	28.897	753	186	40	65.198
2016	14.380	6.465	18.151	317	146	30	39.489
2017	15.894	7.738	18.966	426	146	34	43.204
2018	15.758	8.934	20.237	563	269	49	45.810
2019	17.887	10.014	23.907	623	350	42	52.823
Nov	1.285	632	2.296	41	18	3	4.275
Dez	891	464	1.873	45	54	4	3.331
2020	11.515	5.838	35.975	617	249	98	54.292
Jan	991	469	2.040	46	20	8	3.574
Fev	1.157	568	2.533	55	17	5	4.335
Mar	1.132	545	2.570	58	18	8	4.331
Abr	605	295	1.565	20	20	6	2.511
Mai	881	456	2.350	34	13	5	3.739
Jun	909	442	2.749	46	22	3	4.171
Jul	1.089	569	3.467	52	25	6	5.208
Ago	1.098	586	3.689	43	12	10	5.438
Set	1.068	556	3.798	84	31	9	5.546
Out	980	512	3.974	80	26	12	5.584
Nov	922	530	4.242	41	19	17	5.771
Dez	683	310	2.998	58	26	9	4.084

Fonte: www.jucepar.pr.gov.br – (Relatório estatístico – Novas empresas) (Consulta em 08/03/2021).

(1) Empresário corresponde a antiga firma individual (sem sócios)

(2) Empresa Individual de Responsabilidade Limitada

(3) Sociedade Empresarial relaciona-se a um grupo empresarial.

10.1. ABERTURA DE EMPRESAS NO BRASIL

Para a economia brasileira, os dados abaixo, obtidos via SERASA, apresentam os números da abertura de empresas distribuídas por: região geográfica, setor de atividade, tipo de natureza jurídica, e total. Em novembro 2020, houve queda do número de empresas abertas no Brasil, em comparação com o período (jul. a out.), atingindo 292.268 no total do mês. Neste indicador, o maior número por Setor foi no setor de "Serviços", com 189.258 unidades.

TABELA 28: Brasil – ABERTURA DE EMPRESAS NO BRASIL
Indicador abertura de Empresas

2020	Região					Setor				Natureza Jurídica				TOTAL
	N	NE	SE	S	CO	Comércio	Indústria	Serviços	Demais	MEI	Empresa Individual	Soc. Ltda.	Demais	
Jan	15.626	52.917	166.455	56.511	29.003	70.932	23.523	221.987	4.070	258.180	12.691	24.835	24.806	320.512
Fev	13.261	41.786	139.521	50.460	25.193	59.061	19.701	188.415	3.044	212.292	12.301	24.121	21.507	270.221
Mar	16.361	47.980	156.579	50.386	26.964	63.789	22.391	208.066	4.024	236.550	11.066	26.983	23.671	298.270
Abr	11.210	30.818	99.643	34.382	18.829	42.265	16.090	134.210	2.317	165.018	4.889	13.913	11.062	194.882
Mai	10.776	30.131	110.868	44.259	23.715	55.960	17.242	143.423	3.124	172.307	7.800	21.885	17.757	219.749
Jun	15.709	40.145	145.225	49.938	26.840	75.976	21.718	176.351	3.812	216.709	9.925	28.443	22.780	277.857
Jul	17.318	52.914	172.201	53.881	29.315	91.650	25.025	204.973	3.981	259.556	4.905	34.814	26.354	325.629
Ago	16.820	54.551	170.783	55.310	27.983	90.976	25.214	204.499	4.758	250.933	13.962	41.678	18.874	325.447
Set	16.247	52.993	167.790	58.032	27.161	93.195	24.276	200.992	3.760	258.271	17.468	31.945	14.539	322.223
Out	15.333	50.518	163.546	56.612	25.581	83.293	23.702	201.530	3.065	253.371	4.660	39.565	13.994	311.590
Nov	14.112	47.545	152.367	53.333	24.911	77.147	22.060	189.258	3.803	231.927	4.550	40.335	15.456	292.268

Fonte: www.serasaexperian.com.br – indicadores econômicos – Nascimento de empresas (Consulta em 08/03/2021)

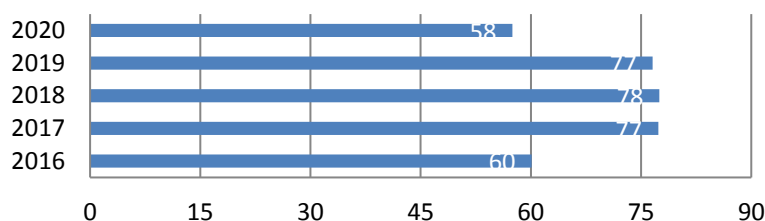
11. FALÊNCIAS DECRETADAS NO BRASIL

Em dezembro/2020, o índice de falências subiu de 55 (em novembro) para 60. O índice de falências tende a refletir os perfis e as heterogeneidades temporais, regionais ou setoriais, ou ainda as oscilações conjunturais que influenciam comportamentos de: agentes econômicos, consumidores, e capacidades de regularização ou quitação de débitos anteriores.

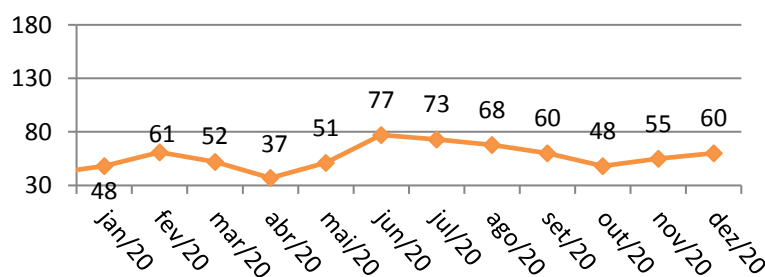
O Índice de falências pode ser visto como indicador importante de sucesso (ou não) das políticas econômicas vigentes, relacionadas aos níveis de: emprego, poder de compra do mercado, juros cobrados do setor empresarial e dos consumidores (incluindo *spreads*), taxas de juros do BC e inflação, dentre outros. Poderia sinalizar a conveniência de mudanças ou adequação das políticas de governo às diversidades ou alterações nos espaços geoeconômicos, conjunturais e culturais do país. O comércio vem adotando precauções e procedimentos seletivos e modernizações nos processos de vendas, e também praticando renegociações com devedores visando reduzir inadimplências ou abrindo oportunidades para facilitar pagamento de dívidas. Em muitos casos, é muito importante a manutenção do consumidor e cliente com condições de compra.

TABELA 29 – FALÊNCIAS NO BRASIL	
Período	Índice*
2012	57
2013	62
2014	62
2015	69
2016	60
2017	77
2018	78
2019	77
Jul	92
Ago	162
Set	74
Out	89
Nov	59
Dez	41
2020	59
Jan	48
Fev	61
Mar	52
Abr	37
Mai	51
Jun	77
Jul	73
Ago	68
Set	60
Out	48
Nov	55
Dez	60

FALÊNCIAS NO BRASIL
(Índice médio anual)



EVOLUÇÃO DAS FALÊNCIAS NO BRASIL



Fonte: www.serasa.com.br - (Empresas - Índices econômicos - Falências). (Consulta em 08/03/2021)
Valores representam a média anual de falências.

12. CRÉDITO: DEMANDA E INADIMPLÊNCIA

12.1. Demanda de Crédito

A demanda de crédito em dezembro/2020 foi 185,9 pontos, o maior valor do ano.

A **elevação** da **demanda de crédito** pode indicar: a) esgotamento da capacidade de endividamento (ou pagamento) do consumidor, que o leva a buscar financiamentos adicionais; b) maior dependência de financiamentos para efetivar consumo; c) quedas em emprego, renda, massa de salários e poder de compra; d) dificuldade do consumidor regularizar empréstimos; e) incertezas do mercado de trabalho e receio do desemprego; f) e expectativas negativas para o futuro, o que pode ocorrer em um ambiente de pandemia.

Por outro lado, a **queda na demanda de crédito** pode indicar: a) superação de dificuldades pelo consumidor que permitem não depender de créditos/empréstimos no mercado; b) maior renda e capacidade de pagamento; c) a intenção do consumidor de não recorrer às compras financiadas devido a melhoria de renda; d) taxas de juros muito altas; e) necessidade de priorizar a regulação de dívidas anteriores; f) comprometimento da renda do consumidor é superior à sua capacidade de pagamento, o que o levaria a congelar empréstimos ou crédito; g) aumento do emprego e poder de compra; h) rejeição do consumidor a novos empréstimos.

Poderá ainda ser considerada a conscientização do consumidor quanto ao consumo de bens não essenciais. Ele se limita a itens básicos: alimentos, remédios e higiene. Ainda: uma piora do quadro ético/político interno e a recessão econômica podem afetar e conter a busca de crédito.

A demanda de crédito pode diferir, conforme regiões do país. O desemprego poderá requerer novas linhas de crédito ou renegociação de dívidas.

TABELA 30 – INDICADOR SERASA EXPERIAN DE DEMANDA DO CONSUMIDOR POR CRÉDITO (MÉDIA DE 2008 = 100)

Ano: 2020	Região					Renda Pessoal Mensal						Total
	CO	N	NE	S	SE	até R\$ 500	R\$ 500 a R\$ 1.000	R\$ 1.000 a R\$ 2.000	R\$ 2.000 a R\$ 5.000	R\$ 5.000 a R\$ 10.000	mais de R\$ 10.000	
Jan/20	177,0	189,6	194,3	158,9	154,7	226,3	167,1	156,9	151,6	151,8	154,2	165,4
Fev/20	151,4	170,3	169,5	136,5	134,8	196,1	145,1	136,5	132,3	133,0	134,9	143,8
Mar/20	133,1	157,1	153,9	129,8	126,0	176,8	132,7	128,2	124,1	125,5	127,5	133,3
Abr/20	117,4	133,9	131,1	110,9	109,8	155,7	115,7	109,9	106,4	107,1	108,9	115,2
Mai/20	139,7	153,4	144,8	127,8	123,1	175,1	130,6	124,3	121,7	123,0	125,3	130,4
Jun/20	151,7	182,7	164,6	142,2	140,7	198,9	149,0	140,6	136,6	137,4	139,7	147,8
Jul/20	169,4	211,7	200,8	155,8	163,5	236,0	172,6	161,5	156,8	158,2	160,1	170,9
Ago/20	172,6	199,9	194,8	157,0	159,2	228,9	169,4	158,8	153,9	154,4	156,1	167,6
Set/20	183,7	219,3	210,5	162,8	169,1	249,5	180,4	167,7	162,5	163,4	166,2	178,2
Out/20	193,1	224,5	224,0	173,7	174,3	261,6	188,8	175,3	168,7	168,7	170,7	186,2
Nov/20	193,8	226,9	212,3	165,9	168,2	252,9	182,2	169,0	164,1	164,9	166,6	179,9
Dez/20	194,6	231,9	221,4	169,5	175,1	262,6	188,6	174,5	169,0	169,4	170,6	185,9

Fonte: www.serasa.com.br – (Índices Econômicos – Demanda do Consumidor por Crédito) - Consulta em 08/03/2021

12.2. Inadimplência

Inadimplente é o consumidor que atrasa pagamento de dívidas por mais de três meses ou noventa (90) dias. Em janeiro/2021, a inadimplência no Brasil caiu em relação ao mês anterior: atingiu 65,2 pontos, uma queda de 3,4% conforme o Índice Boa Vista. As séries encadeadas têm como base a média de 2011=100 e passam por ajuste sazonal para avaliação da variação mensal. A seguir, apresenta-se a inadimplência via Índice Boa Vista. O indicador é elaborado a partir da quantidade de novos registros negativos informados pelas empresas devido o não pagamento de compromissos financeiros firmados. As decisões das instituições financeiras em protelar os pagamentos bem como o Auxílio Emergencial – AE, foram fatores determinantes para conter o aumento da inadimplência. Porém com o fim do AE, surge alguma indagação em relação ao desempenho futuro.

TABELA 31 – REGISTRO DE INADIMPLÊNCIA BOA VISTA- Inclusões sazonalizadas

Base 2011=100	REGIÕES					
	CO	N	NE	S	SE	BR
Jan/20	115,9	112,3	107,2	104,7	90,0	98,0
Fev/20	106,0	101,5	102,8	100,9	89,2	94,9
Mar/20	117,2	103,8	109,5	116,2	103,4	107,2
Abr/20	121,0	113,0	118,1	122,1	105,9	111,6
Mai/20	-	-	-	-	-	97,0
Jun/20	-	-	-	-	-	68,5
Jul/20	-	-	-	-	-	82,7
Ago/20	-	-	-	-	-	81,7
Set/20	-	-	-	-	-	82,0
Out/20	-	-	-	-	-	64,9
Nov/20	-	-	-	-	-	52,6
Dez/20	-	-	-	-	-	74,7
Jan/21	-	-	-	-	-	65,2

Fonte: www.boavistaservicos.com.br/economia/registro-de-inadimplencia - (Consulta em 01/03/2021). A instituição deixou de fornecer os dados por região.

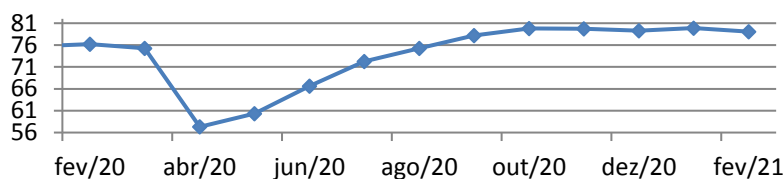
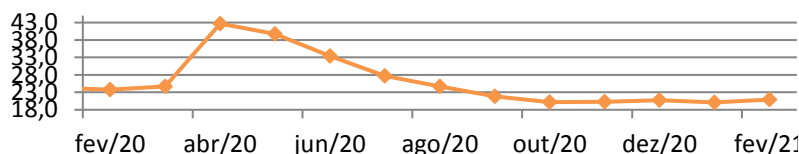
13. NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE PRODUTIVA INSTALADA-NUCI, NA INDÚSTRIA

O NUCI de fevereiro/2021 foi 79,9%. O índice de ociosidade do mês chegou a 20,9%. Os NUCI's de jan. e fev. /2021 mantem a expansão do setor, na sequência da elevação após setembro/2020. As maiores ociosidades foram nos meses mais críticos da pandemia: abril: 42,7%; maio: 39,7% e junho: 33,4%. A ampliação do NUCI da indústria está vinculada a fatores de aquecimento como: maior nível de renda e do poder de compra do consumidor; expansão da massa de salários; demanda crescente e, em decorrência, maior PIB interno. Destaca-se que devido a ociosidade da capacidade produtiva instalada (e não utilizada), há um potencial de produção adicional a ser obtida sem requerer novos investimentos com a utilização da capacidade ociosa da indústria.

A modernização e inovações na indústria, direcionadas pela demanda, podem gerar expansões específicas no setor. Ao governo caberá adotar políticas públicas para incentivar produção e demanda, estimular inovações e conter ociosidade. As diferenciações nos espaços regionais, setoriais, ou geográficos, podem contribuir para a melhoria específicas do NUCI. Melhorias poderão ser estimulada com a superação da pandemia e sucesso da Vacinação.

TABELA 32 – Nível de Utilização da Capacidade Produtiva Instalada na Indústria (*)

Período	NUCI (%)	Ociosidade (%)
2014	83,4	16,6
2015	79,3	20,7
2016	74,6	25,4
2017	74,4	25,6
2018	75,8	24,3
2019	75,2	24,8
2020	73,0	27
Fev	76,2	23,8
Mar	75,3	24,7
Abr	57,3	42,7
Mai	60,3	39,7
Jun	66,6	33,4
Jul	72,3	27,7
Ago	75,3	24,7
Set	78,2	21,8
Out	79,8	20,2
Nov	81,8	18,2
Dez	80,2	19,8
2021	-	-
Jan	79,9	20,1
Fev	79,1	20,9

NUCI NO BRASIL**Ociosidade**

Fonte: <http://portalibre.fgv.br> - (índice de sondagem da indústria) (Consulta 02/03/2021)/(*)
Cálculo anual com base na média mensal do período.

A Tabela 35 do IBGE indica a produção física de cada um dos ramos da indústria de transformação.

TABELA 35 - Produção Física Industrial, por seções e atividades industriais - Variação percentual acumulada no ano (Base: igual período do ano anterior) (%)

	2018	2019	2020	2021 Janeiro
1 Indústria geral	1,1	-1,3	-5,4	2,0
2 Indústrias extrativas	1,3	-8,7	-5,5	0,3
3 Indústrias de transformação	1,1	-0,2	-1,5	2,3
3.10 Fabricação de produtos alimentícios	-5,1	0,4	-0,9	-5,5
3.11 Fabricação de bebidas	-0,1	4,2	-0,3	-0,5
3.12 Fabricação de produtos do fumo	-4,0	-1,0	-3,2	2,5
3.13 Fabricação de produtos têxteis	-2,4	-2,0	-17,8	21,7
3.14 Confecção de artigos do vestuário e acessórios	-3,3	-0,1	-23,1	6,7
3.15 Preparação e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	-2,3	-0,5	-14,1	6,4
3.16 Fabricação de produtos de madeira	3,3	-5,7	-2,5	7,3
3.17 Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	4,9	-2,7	-16,0	4,9
3.18 Impressão e reprodução de gravações	-1,3	-7,5	-13,4	-1,6
3.19 Fabricação de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis	1,0	1,0	4,1	-4,5
3.20B Fabricação de sabões, detergentes, produtos de limpeza, cosméticos, perfumaria e higiene pessoal	1,4	-1,9	-0,5	-0,3
3.20C Fabricação de outros produtos químicos	-0,4	0,2	-0,3	5,4
3.21 Fabricação de produtos farmacêuticos e farmacêuticos	6,1	-6,6	-2,1	2,6
3.22 Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	0,9	-1,8	-6,8	9,5
3.23 Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	0,4	2,3	-8,6	11,5
3.24 Metalurgia	4,0	-1,3	-7,5	3,6
3.25 Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	2,7	6,3	-6,1	12,9
3.26 Fabricação de equipamentos de informática, eletrônicos e ópticos	2,6	-5,8	-6,7	-10,0
3.27 Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-0,2	0,2	-7,3	9,3
3.28 Fabricação de máquinas e equipamentos	3,4	-0,7	-18,5	17,7
3.29 Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	12,6	2,5	-28,0	4,8
3.30 Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos	-2,1	-9,6	-18,4	-36,7
3.31 Fabricação de móveis	-0,3	-1,5	-12,6	7,4
3.32 Fabricação de produtos diversos	-0,3	3,8	-15,4	7,1
3.33 Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	-1,0	-9,3	-9,8	-13,1

Fonte: www.ibge.com.br (Consulta em 08/03/2021)

III. SETOR PÚBLICO

14. ARRECADAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL

A receita do governo federal em janeiro/2021 (preços correntes) atingiu R\$ 180 bilhões, um aumento considerável em relação aos meses do 4.o trimestre/2020. O aumento em janeiro, tradicionalmente, é sazonal, vinculado ao fato de se referir à tributação gerada em dezembro (mês tradicional de grandes vendas e negócios), e ser recolhida em janeiro do ano seguinte.

Variáveis sazonais influenciam, conforme o mês, a arrecadação do governo. No último trimestre de cada ano, tradicionalmente, ocorre expansão da receita do governo, associada ao aquecimento de vendas e negócios. Em janeiro ocorre, sazonalmente, a maior arrecadação mensal federal, devido ao recolhimento referente a dezembro, mês de maiores vendas. Por outro lado, as arrecadações referentes aos meses de fevereiro e março, também por características sazonais, tem se caracterizado por apresentarem menores receitas. No ano de 2020, devido a variável imprevista do surgimento do *coronavirus*, os meses de menores recolhimentos da receita federal coincidiram com período mais crítico da pandemia, o trimestre abril a junho.

A arrecadação federal ocorre sobre pessoas físicas e jurídicas, na forma de: a) impostos; b) taxas; c) contribuições; d) transferências; e) aluguéis; f) previdência social ⁽¹⁾; g) outras receitas: multas, vendas de imóveis públicos, etc. Destinam-se a financiar os gastos públicos, as políticas públicas, e a atuação da "máquina" pública e, simultaneamente, as despesas com juros da dívida pública.

TABELA 34 – EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL (2) (Em R\$ Milhões)

Período	Valor a Preços Correntes	Valor a Preços de Jan/2021 (IPCA)	Variação %
2015	1.221.546	1.508.909	23,52
2016	1.289.904	1.509.785	17,05
2017	1.342.408	1.518.756	13,14
2018	1.457.114	1.612.237	10,65
2019	1.537.079	1.639.491	6,66
2020	1.479.390	1.530.073	3,43
Jan	174.991	182.969	4,56
Fev	116.430	121.435	4,30
Mar	109.718	114.354	4,23
Abr	101.154	105.756	4,55
Mai	77.415	81.246	4,95
Jun	86.258	90.292	4,68
Jul	115.990	120.979	4,30
Ago	124.505	129.548	4,05
Set	119.825	157.798	3,39
Out	153.938	157.405	2,51
Nov	140.101	142.348	1,60
Dez	159.065	159.468	0,25
2021	180.221	180.221	0,00
Jan	180.221	180.221	0,00

TABELA 34.1 – ARRECADAÇÃO FEDERAL SEGMENTADA POR TIPO DE TRIBUTO (a preços de Janeiro/21 – IPCA) (R\$ milhões)

Imposto sobre importação	4.981
IPI Total	5.954
IR Total	66.599
IR Pessoa Física	3.498
IR Pessoa Jurídica	37.839
IR Retido na Fonte	25.262
IOF	2.190
COFINS	23.626
PIS / PASEP	6.784
CSLL	19.751
Cide – Combustíveis	38
Outras Receitas	2.464
Receita Previdenciária	36.281
Receita Administrada por Outros Órgãos	8.423
TOTAL DAS RECEITAS	180.221

Fonte: www.receita.fazenda.gov.br (Consulta em 01/03/2020)

TABELA 35 – PARTICIPAÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA NO PIB – 2013 a 2018 (Em R\$ bilhões)

Componentes	2014	2015	2016	2017	2018
Produto Interno Bruto	5.687,31	5.904,33	6.259,23	6.583,32	6.889,18
Arrecadação Tributária Bruta	1.843,86	1.928,18	2.021,16	2.128,61	2.291,41
Carga Tributária Bruta	32,42%	32,66%	32,29%	32,33%	33,26%

Fonte: www.receita.fazenda.gov.br – (Carga Tributária no Brasil 2018) (Consulta em 01/03/2021).

- (1) Contribuições à Previdência Social – CPS: É grande fonte de receita do Governo, raramente usada para financiar programas. Motivo: é considerada como contribuição para posterior devolução ao cidadão considerado aposentado. É arrecadação do governo para custear aposentadorias dos que pagaram pela Previdência. Constitui, portanto, uma receita previamente comprometida. Em condições normais, a possibilidade de utilização da receita previdenciária para custear despesas diferentes da Previdência é, praticamente, zero. No Brasil, no entanto, a Previdência vem funcionando com o ônus de déficit público nos gastos previdenciários. Em condições excepcionais, no entanto, o governo pode recorrer à receita da Previdência para custear despesas urgentes ou casos de calamidade pública, com a posterior reposição, para não prejudicar o cidadão beneficiário da previdência.
- (2) Arrecadação: refere-se à Receita Administrada pela RFB (impostos e contribuições) mais as Demais Receitas (taxas e contribuições controladas por outros órgãos).

15. Dívida Pública Federal Interna e Externa – DPFIE

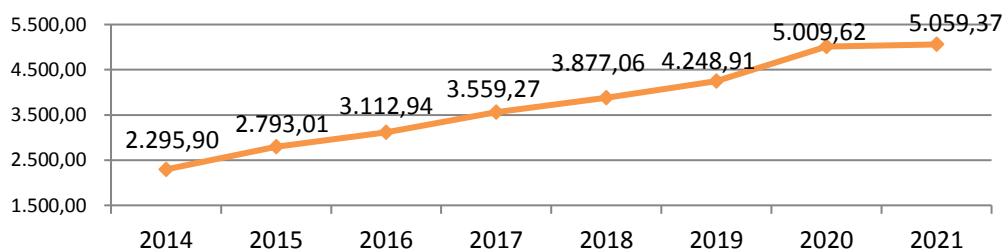
Em janeiro/2021, a dívida pública federal interna e externa atingiu: R\$ 5,0 trilhões, um aumento de 0,99% em relação ao mês anterior. Dentre os componentes principais da composição da dívida, podem ser mencionados: a) taxa de juros SELIC/Banco Central mais elevadas para o período janeiro/2016 a maio/2020 e que eram utilizados como juros para correção da dívida. As taxas SELIC nestes momentos foram intencionalmente maiores por que o BC identificava a elevação dos juros como alternativa para atrair maior entrada de capital especulativo em dólares do exterior. Os juros maiores, com a garantia de pagamento pelo governo, funcionavam como fator de atração para elevar entrada de capital especulativo; b) a recessão interna entre 2014 a 2017 e baixos crescimentos em 2018 e 2019; c) os impactos da queda na receita fiscal-tributária que ativaram a recessão em 2020; d) a explosão negativa em 2020, com a pandemia.

A maior parte da dívida é de médio e longo prazo. Ainda: governo e credores podem renegociar: juros, prazos ou outras formas. Considerando que a dívida pública remunera com juros SELIC, se o BC elevar a taxa, a dívida cresce; se a SELIC cai, também cai a velocidade de expansão da dívida.

TABELA 36 – Dívida Pública Federal Interna e Externa		
Período	Dívida Pública (R\$ Bilhões)	Variação (%)
2013	2.122,81	5,72
2014	2.295,90	8,15
2015	2.793,01	21,65
2016	3.112,94	11,46
2017	3.559,27	14,34
2018	3.877,06	8,93
2019	4.248,91	9,59
2020	5.009,62	17,9
Jan	4.229,62	-0,45
Fev	4.281,03	1,22
Mar	4.214,79	-1,55
Abr	4.160,81	-1,28
Mai	4.250,92	2,17
Jun	4.389,94	3,27
Jul	4.344,59	-1,03
Ago	4.412,42	1,56
Set	4.526,81	2,59
Out	4.638,55	2,47
Nov	4.787,98	3,22
Dez	5.009,62	4,63
2021	-	-
Jan	5.059,37	0,99

Evolução da Dívida Pública Federal

(em R\$ bilhões)



16. SUPERÁVIT PRIMÁRIO

Em janeiro/2021, após 11 meses de déficits, as contas tiveram números positivos: (R\$ 43) bilhões. Numa comparação com o mesmo mês do ano anterior a receita líquida caiu (-2,1%), um valor que pode ser equiparado ao da pré-pandemia.

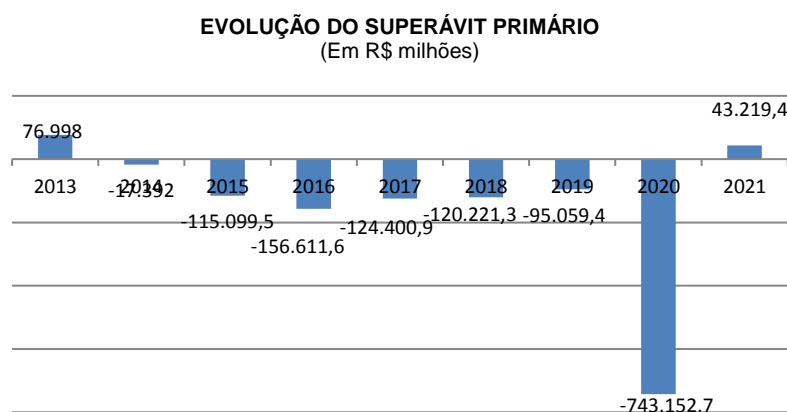
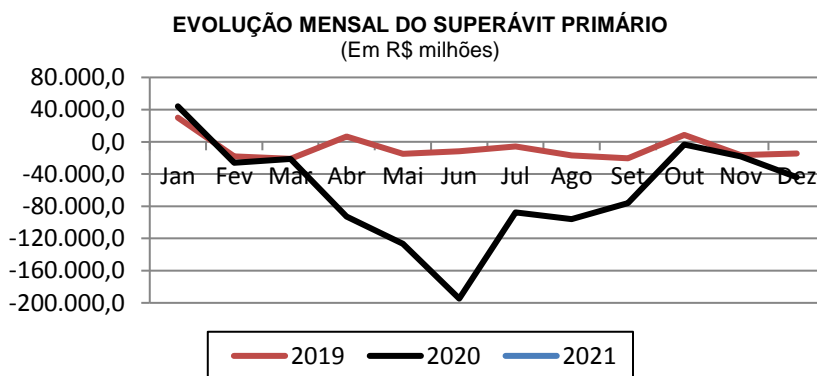
O superávit primário nas contas públicas em um ano fiscal corresponde à existência de receitas superiores às despesas, sem considerar os juros. Representa poupança do governo destinada, principalmente, a pagar juros da dívida. A evolução do superávit é referência para investidores estrangeiros avaliarem a capacidade de um país regularizar e pagar suas dívidas. O aumento do superávit poderá depender, de forma diretamente proporcional, do tamanho do corte nos gastos ou maior receita em relação às despesas. A receita maior (mantidas as alíquotas e sem novos tributos) reflete uma melhora da economia.

Sendo negativo, o superávit primário representa um déficit público). Pode indicar: a) menor receita- devido queda da economia, ou redução nas alíquotas, ou concessão de incentivos fiscais ou subsídios por prazos pré-determinados; b) maiores gastos públicos; c) ou combinação de ambos. A ausência de valores que permitam o superávit pode ser visto como possível carência ou defasagem em áreas importantes do governo como: investimentos e infraestrutura, salários, políticas sociais ou outras. Daí, o superávit poderá surgir da contenção (ou adiamento) de gastos. O governo pode optar por adiar despesas ou, num outro extremo, desconhecer a necessidade de efetuar gastos que beneficiem a população.

Os gastos públicos em 2020 tiveram a grande participação do Auxílio Emergencial-AE e outras despesas excepcionais associadas à pandemia. E no caso do AE ser estendido a 2021, é possível que esteja atrelado a mecanismos de compensação, uma vez que a área econômica do governo tem frisado a importância de um rigor fiscal para manter a credibilidade dos mercados na economia brasileira, e manter baixos os níveis de juros para incentivar a geração de empregos.

TABELA 37 – DESEMPENHO DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO - GOVERNO FEDERAL E BANCO CENTRAL (Em R\$ Milhões)

Período	Resultado do Governo (1)	Variação Percentual (%)
2012	88.744	-4,91
2013	76.998	27,56
2014	-17.392	-122,59
2015	-115.099,5	-561,79
2016	-156.611,6	-34,02
2017	-124.400,9	20,57
2018	-120.221,3	3,36
2019	-61.975,5	48,45
2020	-743.142,7	-992,38
Jan	44.123,8	401,46
Fev	-25.856,9	-158,60
Mar	-21.171,0	18,12
Abr	-92.902,0	-338,92
Mai	-126.609,3	-36,28
Jun	-194.733,8	-53,81
Jul	-87.834,9	54,89
Ago	-96.096,3	-9,41
Set	-76.154,9	20,75
Out	-3.563,5	95,32
Nov	-18.241,20	-411,89
Dez	-44.112,70	-141,83
2021	43.219,40	197,97
Jan	43.219,40	197,97



Fonte: www.tesouro.fazenda.gov.br (Consulta em 02/03/2021)

(1) Resultado do Governo Central origina-se do Resultado do Governo Federal mais Resultado do Banco Central e Benefícios Previdenciários, sujeito a alterações. Valores anuais referentes a soma acumulada no ano.

IV. RELAÇÕES COM O EXTERIOR

17. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

As exportações de fev./2021 foram US\$ 16,1 bilhões, aumento de 3,9% em relação a fev/2020; as importações atingiram US\$ 15,0 bilhões, crescimento de 13,4%. Um saldo na balança comercial de US\$ 1,15 bi. No acumulado do ano jan-fev/2021, o saldo da balança comercial-SBC atingiu: US\$ -1,7 bilhões.

Todo o ano de 2020 está marcado por questões associadas à pandemia, à crise econômica em todo o mundo estimulada pelo covid-19, aos custos adicionais assumidos pelos governos visando reduzir impactos restritivos na economia interna e que assumiu intensidade maior que o esperado.

O Brasil intensificou exportações de *commodities* com a China: minérios, soja, milho, arroz e carnes. Houve redução das importações, devido escassez no mercado mundial de insumos e matérias primas, e a elevação cambial do US\$ em relação ao R\$.

Permanecem os efeitos da *desindustrialização* no Brasil, em especial na indústria de transformação, mas que indica muito mais: a necessidade de inserção de inovações do Brasil no mercado e na estrutura de produção e modernização da indústria. A importância da indústria não será recuperada a curto prazo, considerando: limitações competitivas pós-pandemia; crise econômica interna não superada; indicadores que apontam limitações no ambiente político-social; e menor participação de bens de alta tecnologia e de média-alta tecnologia nas exportações os quais requerem estímulos à implementação de inovações.

É urgente a implantação de uma política nacional de inovação e modernização tecnológica da indústria de Transformação ou inserir modernos ramos de atividade produtiva interna, em especial no segmento Indústria 4.0. Ao governo caberá implementar políticas públicas e políticas econômicas que estimulem essas atividades com avanços nas pesquisas que envolvem ciência e tecnologia, visando incentivar produção e oferta de linhas mais avançadas de bens industriais, abrir carteiras de financiamento e melhoria da competitividade tendo dentre as metas, ampliar exportações de bens de maior tecnologia.

TABELA 38 – BRASIL: BALANÇA COMERCIAL (Em US\$ Milhões)					
Período	Exportações*	Variação (%)	Importações*	Variação (%)	Balança Comercial*
2011	255.936	26,83	226.244	24,47	29.692
2012	242.277	-5,34	223.366	-1,37	18.911
2013	241.967	-0,13	239.681	7,4	2.286
2014	224.974	-7,02	229.127	-4,42	-4.153
2015	190.974	-15,11	171.459	-25,13	19.515
2016	185.232	-3,01	137.585	-19,78	47.647
2017	217.739	17,55	150.749	9,59	66.990
2018	239.263	9,89	181.230	20,21	58.033
2019	225.383	-5,80	177.348	-2,14	48.036
2020	209.878	-6,29	158.937	-10,38	50.941
Fev	15.582	7,53	13.257	-18,05	2.325
Mar	18.348	17,75	14.516	9,49	3.832
Abr	17.612	-4,01	11.611	-20,01	6.001
Mai	17.527	-0,48	13.391	15,33	4.136
Jun	17.515	-0,07	10.449	-21,97	7.066
Jul	19.454	11,06	11.508	10,13	7.946
Ago	17.482	-10,14	11.132	-3,26	6.350
Set	18.262	4,46	12.296	10,46	5.966
Out	17.704	-3,05	12.384	0,71	5.321
Nov	17.429	-1,55	13.800	11,44	3.629
Dez	18.471	5,98	18.414	33,44	57
2021	30.921	2,82%	32.636	10,87	-1.715
Jan	14.739	-20,21	17.606	-4,39	-2.867
Fev	16.183	9,80	15.030	-14,63	1.152

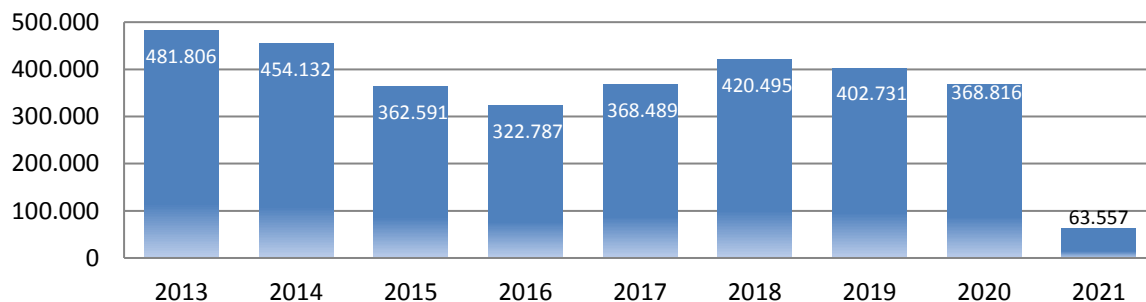
Fonte: www.gov.br – (Produtividade e Comercio Exterior) (03/03/2021) (*) Dados Atualizados. Valores sujeitos a alteração.

17. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

TABELA 39 – BRASIL: INTERCÂMBIO COMERCIAL
(Em US\$ Milhões)

Países	2020 (JAN-DEZ)			2021 (JAN-FEV)		
	Exportações	Importações	Balança Comercial	Exportações	Importações	Balança Comercial
Ásia	99.191	55.764	43.427	13.716	11.207	2.509
China, Hong Kong e Macau	70.080	34.635	35.445	9.166	6.825	2.341
ASEAN (1)	14.167	6.991	7.175	2.317	1.408	909
Coreia do Sul	3.754	4.088	-334	624	747	-123
Japão	4.139	3.713	426	581	1.019	-438
Outros	7.052	6.337	715	1.027	1.207	-180
América do Norte	29.503	29.084	419	4.292	5.080	-788
Estados Unidos	21.457	24.122	-2.665	3.105	4.259	-1.154
México	3.809	3.157	653	530	554	-24
Canadá	4.237	1.805	2.431	657	267	390
América do Sul	22.650	16.610	6.039	4.113	3.661	452
Mercosul (2)	12.391	10.416	1.975	2.149	2.279	-130
Argentina	8.476	7.788	689	1.520	1.671	-151
CAN (3)	5.575	3.210	2.364	1.048	704	344
Outros	4.684	2.984	1.700	916	679	237
América Central e Caribe	2.943	783	2.161	479	155	323
Europa	38.062	35.460	2.601	5.571	6.203	-632
União Europeia	28.333	26.818	1.515	4.051	4.591	-540
Rússia	1.546	2.716	-1.170	152	640	-488
Outros	8.183	5.926	2.256	1.369	972	397
Oriente Médio	8.838	4.319	4.519	1.444	630	814
África	7.913	3.650	4.262	1.237	599	638
Oceania	812	635	177	138	82	56
País não declarado/ sem informação	10	12.621	-12.611	0,28	3.347	-3.347
TOTAL	209.921	158.926	50.995	30.990	30.964	27

Fonte: www.gov.br – (Produtividade e Comércio Exterior) (Consulta em 03/03/2021)

Brasil: Corrente de Comércio (*)
Em US\$ milhões

(*) Dados de 2021 referentes ao acumulado no ano (Jan-Fev)

CORRENTE DE COMÉRCIO: obtida a partir da soma: **exportações mais importações**. Quanto maior a corrente de comércio maior o grau de abertura comercial do país. No gráfico, os valores indicam o saldo total anual da **corrente de comércio**, que não deve ser confundida com **balança comercial**, que é obtida a partir de **exportações menos importações**.

(1) Associação das Nações do Sudeste Asiático inclui Brunei, Camboja, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Tailândia e Vietnã).

(2) Mercosul: Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil.

(3) Comunidade Andina de Nações inclui Bolívia, Colômbia Equador e Peru

17. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

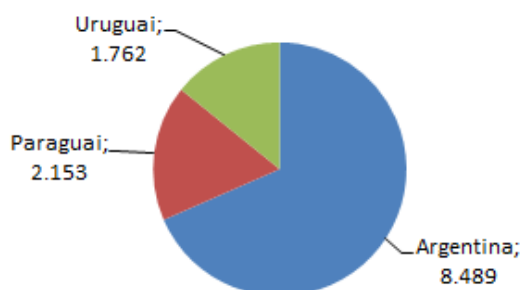
Relações Comerciais com o MERCOSUL

TABELA 40 - INTERCÂMBIO COMERCIAL MERCOSUL (US\$ MILHOES)

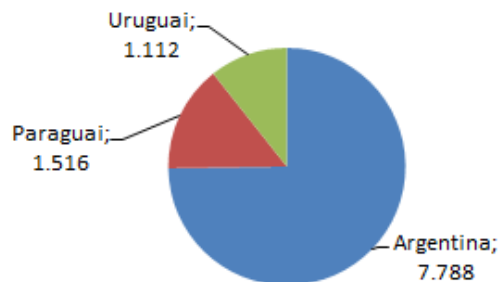
Países	Exportações	Participações nas Exportações (%)	Importações	Participações nas Importações (%)	Balança Comercial	Corrente de Comércio
2021 (JAN-FEV)						
Argentina	1.520	70,72	1.671	73,32	-151	3.191
Paraguai	369	17,18	365	16,01	4	734
Uruguai	260	12,09	243	10,67	17	503
Mercosul	2.149	100,00	2.279	100,00	-130	4.428
2020						
Argentina	8.489	68,44	7.788	74,77	701	16.277
Paraguai	2.153	17,36	1.516	14,56	636	3.669
Uruguai	1.762	14,20	1.112	10,67	650	2.873
Mercosul	12.403	100,00	10.416	100,00	1.987	22.819
2019						
Argentina	9.791	66,39	10.552	81,37	-761	20.344
Paraguai	2.480	16,81	1.303	10,05	1.177	3.783
Uruguai	2.478	16,80	1.114	8,59	1.364	3.591
Mercosul	14.749	100,00	12.969	100,00	1.780	27.718
2018						
Argentina	14.913	69,66	11.051	77,68	3.862	25.964
Paraguai	2.912	13,60	1.157	8,13	1.755	4.069
Uruguai	3.008	14,05	1.847	12,99	1.160	4.855
Venezuela	576	2,69	171	1,20	405	746
Mercosul	21.408	100,00	14.227	100,00	7.181	35.635
2017						
Argentina	17.619	76,33	9.435	76,81	8.184	27.054
Paraguai	2.646	11,46	1.133	9,23	1.513	3.779
Uruguai	2.348	10,17	1.324	10,78	1.024	3.672
Venezuela	470	2,03	392	3,19	78	861
Mercosul	23.083	100	12.284	100	10.799	35.367

Fonte: comexstat.mdic.gov.br (Consulta em 08/03/2021)

Exportações 2020 - US\$ Milhões



Importações 2020 - US\$ Milhões



17. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

TABELA 41 - BRASIL: PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PARA O MERCOSUL EM 2021 (JAN-FEV)

Nº	PRODUTO	US\$ FOB (Milhões)	Percentual (%)
1	Automóveis com motor explosão, 1500 < cm3 <= 3000, até 6 passageiros	129,32	18,61
2	Automóveis com motor explosão, de cilindrada >1.000 cm3 <1.500 cm3	99,47	14,32
3	Minérios de ferro e seus concentrados, aglomerados por processo de peletização	80,23	11,55
4	Outros produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado	48,63	7,00
5	Outros veículos automóveis com motor a explosão, carga <= 5 toneladas	43,81	6,31
6	Automóveis com motor explosão, de cilindrada não superior a 1.000 cm3	31,10	4,48
7	Tratores rodoviários para semi-reboques	30,10	4,33
8	Outras carnes de suíno, congeladas	24,94	3,59
9	Outros veículos automóveis com motor diesel, para carga <= 5 toneladas	21,38	3,08
10	Minérios de ferro e seus concentrados, exceto as piritas de ferro ustuladas, não aglomerados	20,98	3,02
11	Cervejas de malte	19,57	2,82
12	Outros fios de cobre refinado	19,24	2,77
13	Outras partes e acessórios para tratores e veículos automóveis	19,17	2,76
14	Outras partes e acessórios de carrocerias para veículos automóveis	17,58	2,53
15	Chassis com motor diesel e cabina, 5 toneladas < carga <= 20 toneladas	16,84	2,42
16	Outras chapas e tiras, de ligas alumínio, espessura > 0.2mm	16,16	2,33
17	Partes de outras máquinas e aparelhos para colheita, debulha, etc.	14,93	2,15
18	Poli(tereftalato de etileno), de um índice de viscosidade de 78 ml/g ou mais	14,66	2,11
19	Outros papéis e cartões dos tipos utilizados para escrita, impressão ou outros fins gráficos	13,59	1,96
20	Polipropileno sem carga, em forma primária	13,00	1,87
-	Total	694,70	100,00

Fonte: comexstat.mdic.gov.br (Consulta em 08/03/2021)

TABELA 42 - BRASIL: PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS DO MERCOSUL EM 2021 (JAN-FEV)

Nº	PRODUTO	US\$ FOB (Milhões)	Percentual (%)
1	Energia elétrica	381,92	25,17
2	Outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para sementeira	261,17	17,21
3	Outros veículos automóveis com motor diesel, para carga <= 5 toneladas	257,63	16,98
4	Milho em grão, exceto para sementeira	94,17	6,21
5	Malte não torrado, inteiro ou partido	72,60	4,78
6	Óleo de soja, em bruto, mesmo degomado	62,96	4,15
7	Leite integral, em pó, com teor de matérias gordas > 1,5 %	47,50	3,13
8	Soja, mesmo triturada, exceto para sementeira	38,09	2,51
9	Automóveis com motor diesel, cm3 > 2500, superior a 6 passageiros	36,71	2,42
10	Jogos de fios para velas de ignição e outros jogos utilizados em veículos	31,01	2,04
11	Outros propanos liquefeitos	29,30	1,93
12	Alhos, frescos ou refrigerados, exceto para sementeira	27,13	1,79
13	Automóveis com motor explosão, 1000 > cm3 <= 1500, até 6 passageiros	26,35	1,74
14	Batatas, preparadas ou conservadas, exceto em vinagre ou em ácido acético, congeladas	24,49	1,61
15	Arroz semibranqueado ou branqueado, não parboilizado, polido ou brunido	22,61	1,49
16	Outros motores diesel/semidiesel, para veículos do capítulo 87	21,92	1,44
17	Outras caixas de marchas	20,89	1,38
18	Outros garrações, garrafas, frascos, artigos semelhantes, de plásticos	20,64	1,36
19	Carnes desossadas de bovino, congeladas	20,64	1,36
20	Álcool etílico não desnaturado	19,77	1,30
-	Total	1.517,52	100,00

Fonte: comexstat.mdic.gov.br (Consulta em 08/03/2021)

17. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

As Relações Comerciais com as Três Américas

TABELA 43 - Exportações Brasileiras para países das três Américas: do Sul, Central e do Norte
(em milhões de U\$S)

	País	2020		País	2021
		Exportações (JAN-DEZ)	Participação (%)		Exportações (JAN-FEV)
1	Estados Unidos	21.481,53	39,53	Estados Unidos	3.143,28
2	Argentina	8.488,72	15,62	Argentina	1.519,86
3	Canadá	4.229,94	7,78	Chile	812,20
4	Chile	3.849,84	7,09	Canadá	656,88
5	México	3.829,38	7,05	México	530,39
6	Colômbia	2.290,90	4,22	Peru	390,74
7	Paraguai	2.152,54	3,96	Paraguai	369,27
8	Uruguai	1.761,68	3,24	Colômbia	359,61
9	Peru	1.659,78	3,05	Uruguai	259,85
10	Bolívia	1.025,14	1,89	Bolívia	194,12
11	Venezuela	782,12	1,44	Venezuela	112,63
12	Equador	599,40	1,10	Equador	107,58
13	República Dominicana	454,21	0,84	Bahamas	74,81
14	Panamá	428,30	0,79	Panamá	61,92
15	Guatemala	256,07	0,47	República Dominicana	58,38
16	Costa Rica	244,19	0,45	Trinidad e Tobago	57,56
17	Trinidad e Tobago	214,41	0,39	Costa Rica	39,06
18	Cuba	209,30	0,39	Guatemala	35,50
19	Jamaica	206,46	0,38	Porto Rico	25,32
20	Bahamas	172,10	0,32	Cuba	22,51
	Total	54.336,01	100,00	Total	8.831,49

Fonte: comexstat.mdic.gov.br
(Consulta em 08/03/2021)

TABELA 44 - Importações Brasileiras de países das três Américas: do Sul, Central e do Norte
(em milhões de U\$S)

	País	2019		País	2021
		Importações (JAN-DEZ)	Participação (%)		Importações (JAN-FEV)
1	Estados Unidos	24.122,45	51,92	Estados Unidos	4.258,52
2	Argentina	7.788,10	16,76	Argentina	1.670,81
3	México	3.157,26	6,80	Chile	649,68
4	Chile	2.895,61	6,23	México	554,19
5	Canadá	1.806,02	3,89	Paraguai	364,90
6	Paraguai	1.516,18	3,26	Colômbia	302,92
7	Colômbia	1.314,29	2,83	Canadá	266,70
8	Uruguai	1.111,57	2,39	Uruguai	243,14
9	Bolívia	1.078,79	2,32	Peru	189,33
10	Peru	730,29	1,57	Bolívia	188,58
11	Porto Rico	328,45	0,71	Trinidad e Tobago	51,48
12	Trinidad e Tobago	181,50	0,39	Porto Rico	46,41
13	Panamá	124,09	0,27	Panamá	26,53
14	Equador	86,96	0,19	Venezuela	23,88
15	Venezuela	75,98	0,16	Equador	22,76
16	Guatemala	48,60	0,10	República Dominicana	8,86
17	Costa Rica	42,16	0,09	Costa Rica	7,70
18	República Dominicana	24,97	0,05	Guatemala	7,29
19	Guiana	17,00	0,04	Guiana	5,62
20	Honduras	9,92	0,02	Honduras	3,14
	Total	46.460,20	100,00	Total	8.892,44

Fonte: comexstat.mdic.gov.br
(Consulta em 08/03/2021)

17. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO**Principais Produtos Exportados e Importados**

TABELA 45 – BRASIL: PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS EM 2021 (JAN-FEV)			
Nº	Produto	US\$ Milhões	Percentual (%)
1	Minérios de ferro e seus concentrados, não aglomerados	5.301,67	27,63
2	Óleos brutos de petróleo	3.196,65	16,66
3	Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	1.155,38	6,02
4	Outros açúcares de cana	997,92	5,20
5	Café não torrado, não descafeinado, em grão	879,55	4,58
6	Carnes desossadas de bovino, congeladas	845,82	4,41
7	Algodão não cardado nem penteado, simplesmente debulhado	802,61	4,18
8	Bagaços e outros resíduos sólidos, da extração do óleo de soja	758,86	3,95
9	Pasta química de madeira semi branqueada de não conífera	704,36	3,67
10	Milho em grão, exceto para semeadura	639,45	3,33
11	Pedaços e miudezas, comestíveis de galos/galinhas, congelados	617,92	3,22
12	Outros produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado	478,36	2,49
13	Fuel oil	445,38	2,32
14	Alumina calcinada	429,00	2,24
15	Ouro em barras, fios e perfis de seção maciça	391,50	2,04
16	Bulhão dourado (bullion doré), em formas brutas, para uso não monetário	366,20	1,91
17	Minérios de ferro aglomerado para processo de peletização	330,60	1,72
18	Outras carnes de suíno, congeladas	302,78	1,58
19	Outros minérios de cobre e seus concentrados	289,67	1,51
20	Ferro-nióbio	254,04	1,32
--	Total	19.187,75	100,00

TABELA 46 – BRASIL: PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS EM 2021 (JAN-FEV)			
Nº	Produto	US\$ Milhões	Percentual (%)
1	Barcos-faróis/guindastes/docas/diques flutuantes, etc.	1.903,85	21,04
2	Plataformas de perfuração ou de exploração, flutuantes ou submersíveis	1.538,73	17,01
3	Gasóleo (óleo diesel)	559,12	6,18
4	Outros cloretos de potássio	385,65	4,26
5	Energia elétrica	381,92	4,22
6	Naftas para petroquímica	360,95	3,99
7	Outras partes para aparelhos de telefonia/telegrafia	350,27	3,87
8	Ureia com teor de nitrogênio > a 45 %, em peso	330,86	3,66
9	Óleos brutos de petróleo	314,75	3,48
10	Processadores e controladores ou outros circuitos montados, próprios para montagem em superfície	304,12	3,36
11	Cátodos e seus elementos de cobre refinado, em formas brutas	298,66	3,30
12	Células solares em módulos ou painéis	279,13	3,09
13	Outras partes para aparelhos receptores de radiodifusão, televisão, etc.	273,07	3,02
14	Outros veículos automóveis com motor diesel, para carga <= 5 toneladas	266,44	2,94
15	Outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para semeadura	265,82	2,94
16	Gás natural liquefeito	261,90	2,89
17	Hulha betuminosa, não aglomerada	259,92	2,87
18	Outros tubos flexíveis de ferro ou aço	248,25	2,74
19	Outros produtos imunológicos	236,93	2,62
20	Diidrogeno-ortofosfato de amônio, mesmo misturado com hidrogeno-ortofosfato de diamônio	227,43	2,51
--	Total	9.047,77	100,00

Fonte: comexstat.mdic.gov.br (Consulta em 08/03/2021)

Conta Petróleo do Brasil

TABELA 47 – BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA - COM E SEM PETRÓLEO E DERIVADOS - (US\$ milhões FOB)					
	2016	2017	2018	2019	2020*
Exportação	10.074	16.625	25.097	24.002	15.294
Petróleo e Derivados	3.537	4.815	6.768	6.155	4.036
Importação	2.899	2.967	5.043	4.652	2.180
Petróleo e Derivados	8.233	12.968	14.697	14.076	6.229
Saldo	7.175	13.658	20.054	19.351	13.114
Petróleo e Derivados	-4.697	-8.154	-7.929	-7.921	-2.193

Fonte: www.anp.gov.br/dados-estatisticos (Consulta em 03/03/2021). *Dados referentes ao acumulado Jan/Set 2020.

17.1. Brasil: Comercio Exterior por Intensidade Tecnológica

Cabe recuperar as exportações da indústria de transformação, detentora de maior agregação de valor e grande geradora de empregos e renda. A considerar também os limites do reduzido padrão de inovações praticadas pela indústria exportadora e a limitada exportação de produtos de alta e média tecnologia, quando comparados aos bens de baixa tecnologia e de média-baixa tecnologia. Por outro lado, dentre as importações, o Brasil se destaca como maior importador de bens de alta-tecnologia e de média-alta tecnologia, mas é pequeno importador de bens de média-baixa tecnologia e de baixa tecnologia.

Dessa forma, cabe, portanto, ativar a inovação e modernização tecnológica da indústria. E ao governo caberá adotar políticas públicas e políticas econômicas, que estimulem inovações e modernização tecnológica, e também avanços na pesquisa visando incentivar produção e oferta de linhas mais avançadas de produtos industriais e melhorar competitividade tendo, como uma das metas, ampliar as exportações de bens de maior tecnologia gerados pela indústria brasileira. Os bens de maior tecnologia constituem-se em elementos extremamente importantes para elevar a entrada de divisas cambiais pelas autoridades monetárias do país.

TABELA 48 - BRASIL: Exportação Por Intensidade Tecnológica - US\$ Milhões

	2020*	2019	2018	2017	2016
Total Geral	30.857	223.999	239.264	217.739	185.232
Produtos não industriais	12.909	94.127	98.539	81.898	60.753
I. Alta Tecnologia	820	8.506	10.171	9.943	9.821
Aeronaves	486	5.767	7.386	7.224	7.259
Equipamentos De Informática, Produtos Eletrônicos E Ópticos	170	1.567	1.606	1.469	1.361
Produtos Farmoquímicos E Farmacêuticos	164	1.172	1.179	1.250	1.200
II. Media-Alta Tecnologia	4.541	33.511	38.879	40.329	33.581
Máquinas E Equipamentos	1.145	8.535	9.309	9.102	7.590
Máquinas, Aparelhos E Materiais Elétricos	353	2.586	2.510	2.511	2.496
Produtos Químicos	1.678	11.223	12.298	12.250	10.723
Veículos Automotores, Reboques E Carrocerias	1.346	10.938	14.521	16.154	12.360
Veículos Ferroviários E Equipamentos De Transporte	19	229	242	312	413
III. Media-Baixa Tecnologia	4.919	34.280	36.151	27.793	26.991
Coque, Produtos Derivados Do Petróleo E Biocombustíveis	1.577	6.997	5.199	2.816	2.256
Embarcações Navais	3,5	2.852	5.765	932	3.841
Metalurgia	2.375	17.252	17.604	16.235	13.364
Produtos De Borracha E De Material Plástico	361	2.452	2.612	2.645	2.424
Produtos De Metal, Exceto Máquinas E Equipamentos	373	2.963	3.041	3.214	3.183
Produtos Minerais Não-Metálicos	230	1.764	1.930	1.951	1.923
IV. Baixa Tecnologia	7.667	53.574	55.524	57.776	54.087
Outras Manufaturas	127	835	757	775	787
Artigos Do Vestuário E Acessórios	23	155	143	145	128
Bebidas	43	239	249	247	200
Celulose, Papel E Produtos De Papel	1.264	9.515	10.312	8.303	7.496
Couros, Artefatos De Couro, Artigos Para Viagem E Calçados	362,56	2.287,08	2.638,03	3.256,28	3.282,23
Equipamentos De Informática, Produtos Eletrônicos E Ópticos	0,00	0,01	0,03	0,03	0,00
Impressão E Reprodução De Gravações	1,9	18	28	14	15
Madeira E Seus Produtos	402	2.792	3.080	2.729	2.321
Móveis	97	687	696	626	585
Produtos Alimentícios	5.020	34.327	35.016	38.912	36.473
Produtos Do Fumo	222	2.102	1.948	2.052	2.085
Produtos Têxteis	105	617	656	718	715

Fonte: www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/series-historicas - Intensidade Tecnológica (Consulta em 11/03/2020)

*Dados do acumulado de 2020 (Jan-Fev) e sem atualização

17.2. Brasil: Comércio Exterior por Intensidade Tecnológica

Cabe recuperar exportações da indústria de transformação, detentora de maior agregação de valor e grande geradora de empregos e renda. A considerar também os limites do reduzido padrão de inovações praticadas pela indústria exportadora e a limitada exportação de produtos de alta e média tecnologia, quando comparados aos bens de baixa tecnologia e de média-baixa tecnologia. Por outro lado, dentre as importações, o Brasil se destaca como maior importador de bens de alta-tecnologia e de média-alta tecnologia, mas é pequeno importador de bens de média-baixa tecnologia e de baixa tecnologia.

Dessa forma, cabe, portanto, ativar a inovação e modernização tecnológica da indústria. E ao governo caberá adotar políticas públicas e políticas econômicas, que estimulem inovações e modernização tecnológica, e também avanços na pesquisa visando incentivar produção e oferta de linhas mais avançadas de produtos industriais e melhorar competitividade tendo, como uma das metas, ampliar as exportações de bens de maior tecnologia gerados pela indústria brasileira. Os bens de maior tecnologia constituem-se em elementos extremamente importantes para elevar a entrada de divisas cambiais pelas autoridades monetárias do país.

TABELA 49 - BRASIL: Importação Por Intensidade Tecnológica - US\$ Milhões

	2020*	2019	2018	2017	2016
Total Geral	29.435	177.341	181.231	150.749	137.586
Produtos não industriais	2.125	16.103	17.600	14.451	13.365
I. Alta Tecnologia	4.929	29.987	29.983	28.305	26.742
Aeronaves	276	1.855	1.637	1.974	4.346
Equipamentos De Informática, Produtos Eletrônicos E Ópticos	3.188	20.035	20.204	18.992	15.290
Produtos Farmoquímicos E Farmacêuticos	1.465	8.098	8.142	7.339	7.106
II. Media-Alta Tecnologia	11.779	74.513	72.962	62.690	60.510
Máquinas E Equipamentos	3.817	16.742	14.438	12.531	14.691
Máquinas, Aparelhos E Materiais Elétricos	1.245	7.711	7.296	6.765	6.529
Produtos Químicos	4.784	35.653	34.651	29.484	26.716
Veículos Automotores, Reboques E Carrocerias	1.757	13.439	15.671	13.080	11.654
Veículos Ferroviários E Equipamentos De Transporte	175	919	818	811	859
Veículos Militares De Combate	0,33	48	88	19	61
III. Media-Baixa Tecnologia	7.901	40.327	43.912	29.248	22.598
Coque, Produtos Derivados Do Petróleo E Biocombustíveis	2.406	14.946	15.838	14.164	8.714
Embarcações Navais	2.100	4.593	9.869	180	914
Metalurgia	1.112	6.878	7.041	5.725	4.681
Produtos De Borracha E De Material Plástico	814	5.107	4.936	4.570	3.948
Produtos De Metal, Exceto Máquinas E Equipamentos	1.214	7.279	4.699	3.359	3.229
Produtos Minerais Não-Metálicos	254	1.525	1.528	1.251	1.111
IV. Baixa Tecnologia	2.701	16.411	16.774	16.055	14.372
Outras Manufaturas	431	2.884	2.914	2.601	2.340
Artigos Do Vestuário E Acessórios	313	1.709	1.843	1.580	1.280
Bebidas	164	1.214	1.047	1.023	954
Celulose, Papel E Produtos De Papel	161	1.052	1.084	1.049	1.045
Couros, Artefatos De Couro, Artigos Para Viagem E Calçados	153	881	863	846	741
Equipamentos De Informática, Produtos Eletrônicos E Ópticos	0,41	3	2	1	0
Impressão E Reprodução De Gravações	2	14	19	22	23
Madeira E Seus Produtos	18	114	108	103	107
Móveis	88	534	543	508	441
Produtos Alimentícios	886	5.253	5.558	5.642	5.189
Produtos Do Fumo	5	37	50	47	53
Produtos Têxteis	479	2.716	2.742	2.633	2.199

Fonte: www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/series-historicas - Intensidade Tecnológica (Consulta em 11/03/2020).

*Dados do acumulado de 2020 (Jan-Fev) e sem atualização.

17. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

Referências de Comércio exterior

1. Publicada cartilha com orientações sobre o processo de importação de vacinas para o combate à Covid-19

O esforço conjunto entre a Procomex (Aliança Pró Modernização Logística de Comércio Exterior) e órgãos do governo, como a Receita Federal, Anvisa, Anac, Secex, Sefaz, SAC, possibilitou a elaboração de uma cartilha de orientações, de âmbito nacional, sobre o processo de importação das vacinas usadas no combate à Covid-19. O documento, lançado em fevereiro de 2021, reúne todas as etapas e informações necessárias para realização de importação desses insumos. O principal objetivo é tornar conhecidas as informações de cada etapa do processo para todos os seus intervenientes, visando a multiplicação do conhecimento de forma a possibilitar ações imediatas, garantindo um fluxo de importação e liberação de cargas célere e sem interrupções.

A cartilha pode ser acessada no link (<http://siscomex.gov.br/wp-content/uploads/2021/02/Cartilha-Processo-de-Importacao-das-Vacinas-Versao-001.pdf>) e deve ser utilizada como um apoio informativo para a condução das operações.

Fonte: siscomex.gov.br/ (05/02/2021)

2. Novo marco legal do câmbio ajudará Brasil a entrar na OCDE e agilizará operações de comércio exterior

O novo marco legal do mercado de câmbio, aprovado na Câmara dos Deputados na noite desta quarta-feira (11), contribuirá para a ampliação e a desburocratização das operações de comércio exterior no Brasil. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) avalia que a proposta, que institui o marco, garantirá simplificação e agilidade para as operações de importação e exportação e é um passo importante para a entrada do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O projeto, o PL 5.387/2019, propõe instituir um marco legal moderno, conciso, juridicamente mais seguro e alinhado aos melhores padrões internacionais. Ele possui como alicerce os princípios da inserção da economia brasileira no mercado internacional, da livre movimentação de capitais e da realização das operações no mercado de câmbio de forma mais simples, transparente e com menor grau de burocracia.

“Com isso, o projeto abre caminho também para a adesão do Brasil aos Códigos de Liberalização da OCDE. A adesão a esses códigos é obrigatória para a entrada do Brasil na organização, além de ser mais um reforço para o país na retomada pós-pandemia”, afirma o diretor de Desenvolvimento Industrial e Economia da CNI, Carlos Eduardo Abijaodi.

A CNI avalia ainda que o novo marco legal proposto impactará positivamente o comércio exterior brasileiro e a atratividade aos investimentos estrangeiros, além de possibilitar maior desenvolvimento e diversificação aos mercados financeiro e de capitais.

O PL retira, por exemplo, restrições hoje impostas às empresas no uso de suas receitas de exportação no exterior. Fintechs, por sua vez, enfrentarão menos burocracia para oferecer serviço de transferência de pequenos valores do e para o exterior, o que contribuirá para a entrada de novos agentes no mercado financeiro nacional.

O projeto ainda precisará ser analisado no Senado.

Fonte: www.comexdobrasil.com/ (11/02/2021)

3. Corrente de comércio sobe 8,2% e chega a US\$ 31,21 bilhões em fevereiro

O Brasil registrou uma corrente de comércio de US\$ 31,21 bilhões em fevereiro, com aumento de 8,2% pela média diária, em relação ao mesmo mês do ano passado. As exportações cresceram 3,9% e somaram US\$ 16,18 bilhões, enquanto as importações subiram 13,4% e totalizaram US\$ 15,03 bilhões. Assim, a balança comercial registrou superávit de US\$ 1,15 bilhão, com diminuição de 50,4%. Os dados foram divulgados nesta segunda-feira (1º/3) pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia.

As exportações foram impulsionadas pelo aumento das vendas de 3,5% na Indústria de Transformação e 13,8% na Indústria Extrativa, com recuo de 10,8% na Agropecuária. O aumento na Indústria de Transformação foi puxado por maiores embarques de açúcar, farelos de soja, produtos siderúrgicos, aeronaves e óleos vegetais. Já do lado da importação, houve crescimento das compras da Indústria de Transformação (12,4%), que representa 90% do que o Brasil adquire do exterior, e da Agropecuária (14,9%). Esse aquecimento é influenciado por vários fatores, com destaque para uma demanda maior por importados como eletroeletrônicos, adubos, fertilizantes e produtos farmacêuticos. Também houve importação de energia elétrica, no total de US\$ 340 milhões, da Argentina.

Fonte: siscomex.gov.br/ (02/03/2021)

18. INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO-IED NA ECONOMIA BRASILEIRA

O IED de janeiro/2021 atingiu US\$ 1,8 bilhões, uma boa recuperação em relação ao mês anterior. Em 2020, o IED do ano atingiu US\$ 34,1 bilhões, queda de 50,6% em relação a 2019, redução que não é situação exclusiva do Brasil. Segundo levantamento da Unctad(**) o fluxo global de IED teve queda de 42% em 2020, quedas que foram mais intensas em países desenvolvidos. A China e a Índia foram uns dos poucos países que tiveram algum aumento de IED em 2020.

A projeção é que em 2021 ainda não tenhamos grande recuperação pois ainda existem incertezas globais acerca dos riscos de uma nova onda de Covid-19, o ritmo da vacinação e a situação frágil da economia no geral afetam o IED. Nota-se que a recuperação do IED acontece mais lentamente, em forma de U, diferente do PIB, por exemplo, que tem recuperação mais próxima da forma de V.

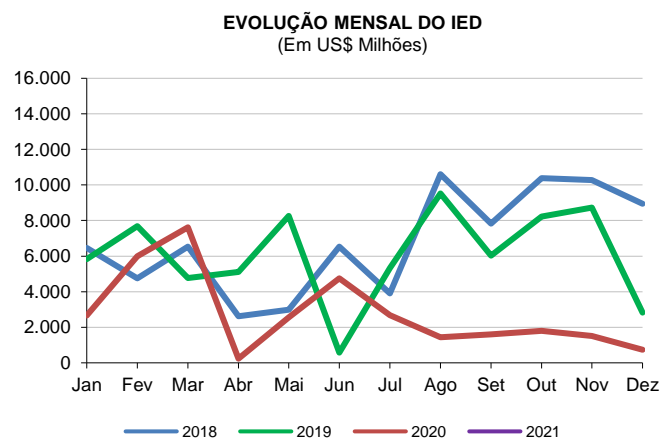
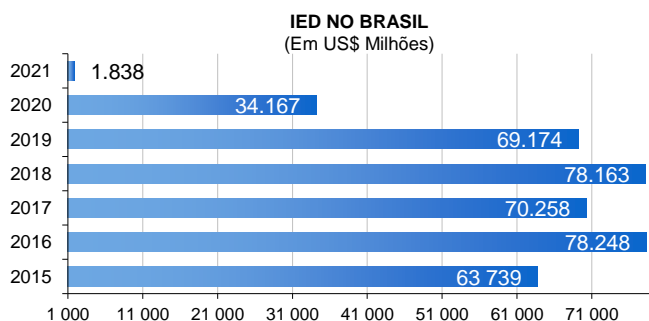
Indicadores conjunturais importantes são: queda nas taxas de inflação; estabilização de preços, combinada com redução de juros (SELIC/BC). O consumo das famílias-CF, conforme as Contas Nacionais está em queda, muito associado à crise da pandemia. O crescimento do mercado é muito importante para atrair capital externo. Alguns resultados desejados poderão depender de políticas mais consistentes de geração de emprego, maior massa de salários e elevação do PIB/ Renda.

O IED é um fluxo importante de capital vinculado à entrada de capital externo. Permite ampliar produção, inovar e modernizar a qualidade da produção interna e melhorar o índice de produtividade. Considera somente o *capital externo produtivo*, capaz de gerar novos bens e serviços. Difere do *capital externo especulativo*, aplicado em títulos da dívida pública ou bolsa de valores, que visam retorno mais imediato, e pode não permanecer a longo prazo. Uma crise econômica pode expulsá-lo do país, comprometendo empregos, produtos ou serviços.

Cabe destacar, sem dúvida, no Brasil, a queda brutal do IED a partir de abril de 2020.

TABELA 50 – INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NO BRASIL

Período	Valor em US\$ Milhões*	Variação Percentual
2007	34.584	83,74
2008	45.058	30,29
2009	25.948	-42,41
2010	48.506	86,93
2011	66.660	37,43
2012	65.242	-2,13
2013	63.969	-2,00
2014	62.495	-2,30
2015	63.739	1,99
2016	78.896	23,78
2017	70.258	-10,81
2018	78.163	10,59
2019	69.174	-12,66
2020*	34.167	-51,24
Jan	5.618	-40,45
Fev	5.996	6,73
Mar	7.621	27,10
Abr	234	-96,93
Mai	2.552	990,60
Jun	4.754	86,29
Jul	2.685	-43,52
Ago	1.430	-46,74
Set	1.597	11,68
Out	1.793	12,27
Nov	1.514	-15,56
Dez	739	-51,19
2021		
Jan	1.838	148,31



Fonte www.bcb.gov.br (estatísticas – estatísticas setor externo – Tabela 8) (Consulta em 03/03/2021)

(*) Dados preliminares; Acumulado no ano. A diferença entre a somatória total anual e os números dos meses respectivos se deve entidade que fornece os dados.

**Agência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad).

19. DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA- DEB

Os dados de janeiro/2021 referentes a dívida externa total atingiram: US\$ 304,9 bilhões. Desse total, a dívida de curto prazo representa 22,83%; a dívida de médio e longo prazo atingiu 77,17% do total. São valores importantes para reduzir a pressão sobre pagamentos e desembolsos. A distribuição da dívida amplia a elasticidade e possibilidade de flexibilização de pagamento e renegociações.

A DEB total é o somatório das dívidas dos setores público (governos: federal, estaduais e municipais, Distrito Federal e empresas públicas) mais o setor privado.

A forma de gestão e administração do estoque de divisas praticada pelo Banco Central indica condições consistentes para desembolsos futuros nos pagamentos da dívida externa.

A existência da dívida, mesmo grande, não significa, necessariamente, inviabilização de uma economia. Pode até representar maior eficiência e capacidade para captação de recursos necessários e importantes para os setores público e/ou empresários do setor privado. Desde que utilizados sob um processo eficiente de gestão financeira podem ser perfeitamente justificáveis e convenientes.

TABELA 51 – DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA (Em US\$ Milhões)					
Período	Curto Prazo		Médio e Longo Prazo		Total
	Valor	(%)	Valor	(%)	
2012	37.535	11,85	279.295	88,15	316.831
2013	32.855	10,53	279.166	89,51	312.022
2014	54.614	15,71	293.008	84,29	347.621
2015	56.103	16,61	281.629	83,39	337.732
2016	58.360	18,03	265.354	81,97	323.714
2017	51.287	16,56	266.018	83,84	317.305
2018	64.830	20,50	251.338	79,50	316.168
2019	79.179	24,51	243.806	75,49	322.985
2020	65.753	21,38	241.824	78,62	307.577
2021*	69.631	22,83	235.345	77,17	304.976

Fonte: www.bcb.gov.br (estatísticas – estatísticas setor externo – Tabela 19) (Consulta em 03/03/2021) (*) Dados de Janeiro

19.1. Distribuição da Dívida: Setor Público X Setor Privado

A dívida externa brasileira está distribuída em dívidas do governo e do setor privado. A dívida registrada para o período 2015-2021, conforme o Banco Central a Tabela 54 abaixo.

Constata-se uma realidade pouco conhecida do grande público: do total da dívida externa brasileira, verifica-se que 72,3% correspondeu a dívida do setor privado. Os dados mais recentes, ano de 2021, indicam que o setor privado é devedor de 72,3% do total da dívida externa, e o setor público é devedor de 26,3%. A dívida pública está distribuída entre governos: federal, estaduais, municipais, Distrito Federal, mais as estatais. O pagamento de dívidas pelo setor privado ou pelo setor público dependerá de disponibilidade no estoque de divisas do Banco Central.

TABELA 52 – BRASIL: PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA DÍVIDA EXTERNA- %							
Ano	Setor Público			Setor Privado			Total
2015 (1)	38			62			100
Ano	Setor Público			Setor Privado			Total
	Banco Central	Governo Geral	Soma	Bancos	Outros setores	Soma	
2016	1,2	21,6	22,8	42,0	35,2	77,2	100,0
2017	1,3	22,6	23,9	42,0	34,1	76,1	100,0
2018	1,3	22,1	23,4	31,9	44,7	76,6	100,0
2019	1,2	24,2	25,5	38,6	35,9	74,5	100,0
2020	1,4	27,6	28,9	35,7	35,4	71,1	100,0
2021	1,4	26,3	27,7	37,1	35,2	72,3	100,0

Fonte: (1) Boletim Anual – 2015 do Banco Central do Brasil (p. 124). *O boletim anual do Banco Central foi descontinuado, sendo os últimos dados divulgados do ano 2015. Fonte: www.bcb.gov.br (estatísticas – estatísticas setor externo – Cf. Tabela 19). (Consulta em 03/03/2021)

20. RESERVAS CAMBIAIS

As reservas cambiais do Brasil atingiram em janeiro/2021: US\$ 355 bilhões. Parcela do superávit está associada à combinação de aumento do saldo da balança comercial, à cotação cambial do Real- R\$ frente ao US\$, e ao desempenho do comércio exterior brasileiro desde 2016. Há espaço para aumento de exportações de bens de alta tecnologia e de bens de média-alta tecnologia, detentores de maior valor unitário e agregação de valor. Em 2019, com a desvalorização do Real frente ao dólar, houve um incentivo à expansão nas reservas. Considere-se ainda a entrada de US\$ para aplicações em Bolsa de Valores. Em 2020 ocorreu grande queda do IED- investimento estrangeiro direto. A crise econômica associada ao *coronavirus* poderá gerar restrições na economia brasileira.

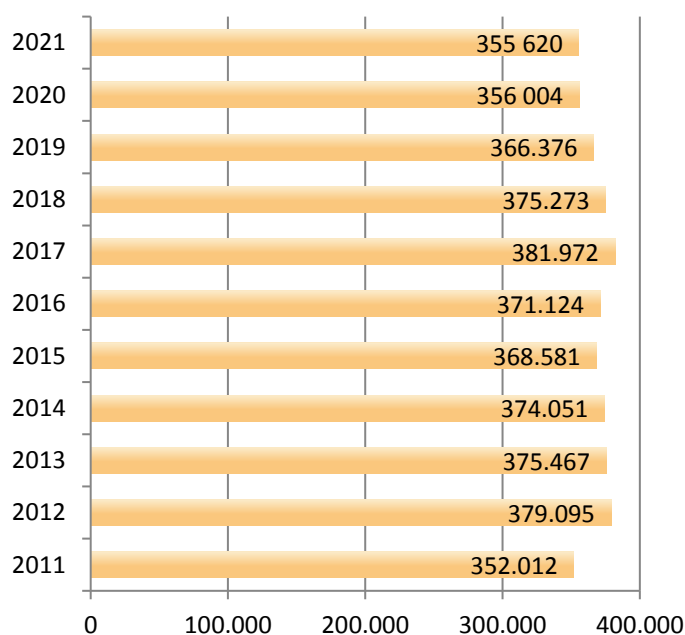
As reservas cambiais são estratégicas no atual contexto econômico; permitem um “*lastro cambial*” que revela um elevado estoque de divisas no BC, e que vem atuando como um *colchão amortecedor* desde o início da crise mundial de 2008. Esse estoque de divisas permite ao Brasil dispor de maior credibilidade no mercado externo, e ajudou a obter anteriormente o “*grau de investimento*”. É importante fator de negociação, em especial para conter efeitos negativos de especulativa do dólar –US\$, sobre o R\$ devido o seu grande volume, que permite ao BC uma espécie de autonomia em liberação de cambial para conter o US\$ perante o R\$ (limitando desvalorização do R\$).

Parcela dos US\$ da reserva cambial pode ser considerada especulativa, devido, devido juros maiores pagos pelos títulos do Brasil comparados aos juros de outros países. É um volume de divisas importante para o Brasil, mas que gera um custo associado às aplicações do exterior em títulos do governo que pagam altas remunerações. É o “capital especulativo” volátil, sem compromissos com produção, investimento ou emprego e que, em distúrbios no mercado ou limitações políticas e econômicas internas poderão, rapidamente, sair do País. Os dólares do BC estão, em parte, aplicados em títulos do governo dos EUA, e tem remuneração inferior à paga pelo governo brasileiro. Uma parcela das reservas advém da compra de US\$ pelo BC em períodos de grande entrada de divisas que induziam a valorizar o R\$; a outra parte vem das exportações ou empréstimos do exterior.

TABELA 53 – BRASIL: RESERVAS CAMBIAIS
(Em US\$ Milhões)

Período	Reservas Cambiais no Banco Central (*)	Variação Sobre o Período Anterior
2011	352.012	21,98
2012	379.095	7,69
2013	375.467	-0,97
2014	374.051	-0,38
2015	368.581	-1,46
2016	371.124	0,69
2017	381.972	2,93
2018	375.273	-1,75
2019	366.376	-0,94
2020	356.004	0,41
Jan	356 884	-2,59
Fev	359 394	0,70
Mar	362 460	0,85
Abr	343 165	-5,32
Mai	339 317	-1,12
Jun	345 706	1,88
Jul	348 781	0,89
Ago	354 664	1,69
Set	356 092	0,40
Out	356 606	0,14
Nov	354 546	-0,58
Dez	356 004	0,41
2021		
Jan	355.620	-0,11

Evolução das Reservas Cambiais (*)
(US\$ milhões)



Fonte: www.bcb.gov.br/estatisticas/indicadoresconsolidados (Consulta em 03/03/2021)

(**) As Agências são: Fitch; Moody's; e Standart & Poor's (S&P). Em Janeiro de 2018 a agência S&P rebaixou a nota do Brasil de BB para BB-, ainda dentro da categoria de especulação.

21. COMÉRCIO EXTERIOR DO ESTADO DO PARANÁ

No ano de 2021 em fevereiro o saldo da balança comercial do Paraná atingiu: US\$ 24,8 milhões, considerável aumento em relação ao mês anterior.

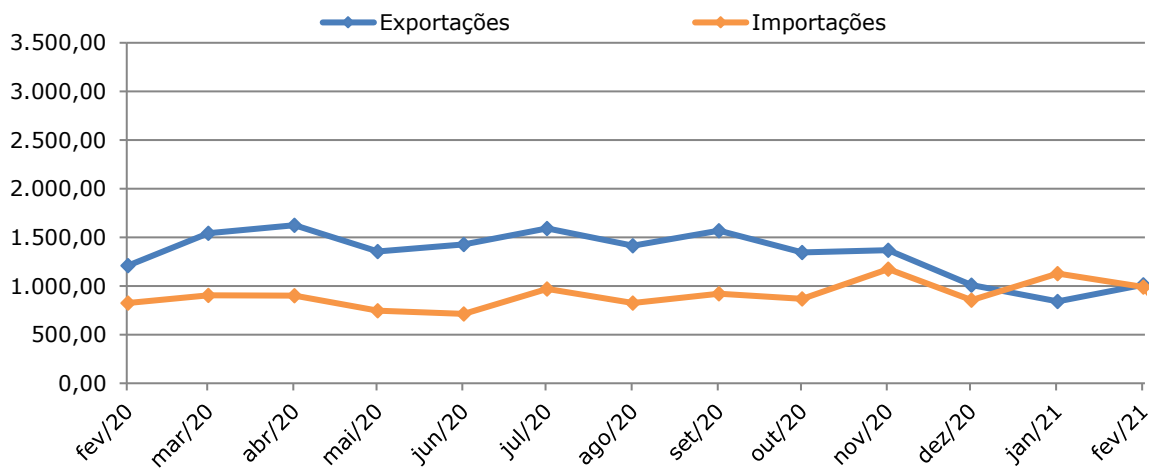
A crise associada ao *coronavirus-covid 19* também se reflete na economia do Estado, de diferentes formas, mas principalmente, em termos de contenção. Mesmo com essas dificuldades no ano de 2020 o Paraná esteve entre os estados que realizaram mais exportações no setor de agronegócio, com US\$ 13,3 bilhões (13,2%).

Os principais parceiros comerciais do Paraná são China, EUA e Argentina, com os quais a corrente de comércio de jan-fev/2021 foi respectivamente de US\$ 762 milhões, US\$ 454 milhões e US\$215 milhões. Os principais produtos exportados em jan-fev/2021 foram carnes de aves, farelos de soja e açúcares; milho, soja, resíduos de metais preciosos, de madeiras e de materiais ferrosos. Os principais produtos importados em jan-fev/2021 foram: adubos e fertilizantes, óleos combustíveis, e válvulas e tubos termiônicas; milho, soja, trigo e óleos brutos de petróleo.

TABELA 54 – PARANÁ: BALANÇA COMERCIAL E CORRENTE DE COMÉRCIO
(Em US\$ Milhões)

Período	Exportações*	Importações*	Saldo Balança Comercial *	Corrente de comércio*
2013	18.209,36	19.323,87	-1.114,51	37.533,23
2014	16.309,28	17.280,53	-971,25	33.589,81
2015	14.905,72	12.441,62	2.464,10	27.347,33
2016	15.169,66	11.091,55	4.078,12	26.261,21
2017	18.078,72	11.516,63	6.562,09	29.595,35
2018	19.902,71	12.370,17	7.532,54	32.272,88
2019	16.454,19	12.695,47	3.758,72	29.149,67
2020	16.408,34	10.738,98	5.669,36	27.147,33
Jan	947,14	1.032,81	-85,67	1.979,95
Fev	1.211,44	826,28	385,17	2.037,72
Mar	1.541,15	904,59	636,56	2.445,73
Abr	1.624,79	900,16	724,63	2.524,95
Mai	1.356,42	746,51	609,91	2.102,93
Jun	1.428,86	713,35	715,51	2.142,21
Jul	1.592,63	969,07	623,56	2.561,70
Ago	1.414,36	825,85	588,50	2.240,21
Set	1.567,77	921,86	645,92	2.489,63
Out	1.346,20	868,19	478,01	2.214,39
Nov	1.367,81	1.174,93	192,88	2.542,74
Dez	1.009,77	855,38	154,39	1.865,15
2021	1.856,26	2.117,53	-261,27	3.973,80
Jan	847,692	1.128,91	-286,12	1.971,70
Fev	1.013,47	988,62	24,85	2.002,10

Paraná: Exportações X Importações
(em US\$ milhões)



21. COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE**Paraná: Exportações por fator agregado em 2020**

Os dados nas Tabelas e gráfico abaixo, se referem a *exportações por fator agregado* e estão distribuídos sob três formas de classificação:

- a) Agropecuária;
- b) Outros Produtos;
- c) Ind. De Transformação;

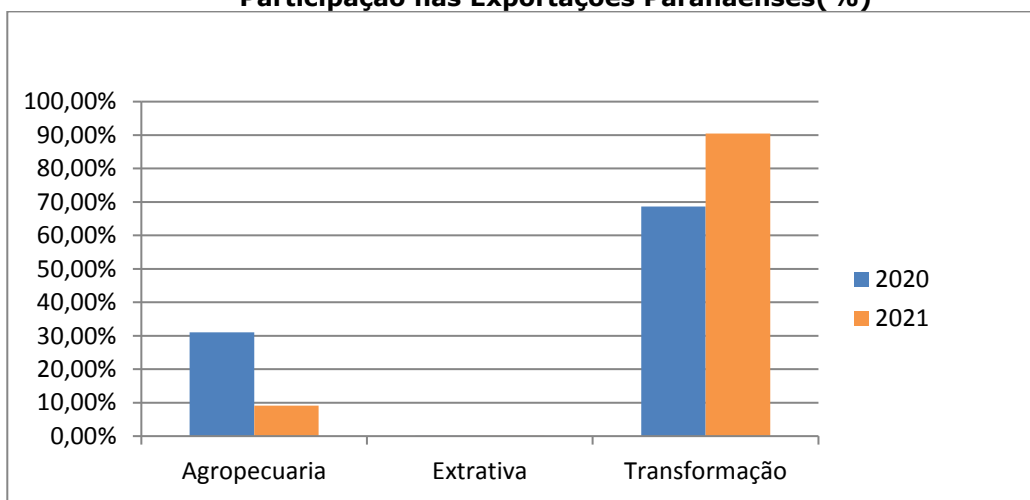
Apresentam os desempenhos destas áreas de atividade na economia do Paraná, no ano de 2020.

TABELA 55 - PARANÁ: Exportações por Fator Agregado			
Agropecuária	US\$ - Bilhões	Variação %	Participação %
Soja	4,6	35,2	28,0
Milho não moído	0,33	-59	2,0
Demais Produtos	0,12	18,3	0,78

TABELA 56 - PARANÁ: Exportações por Fator Agregado			
Outros Produtos	US\$ - Bilhões	Variação %	Participação %
Sucata de Mat. ferrosos	12,1	94,5	0,074
Resíduos de Mat. preciosos	0,653	-32,8	0,035
Obras de arte e antiguidades	0,544	37,8	0,033
Serragem de madeira ou sucata	0,240	330,0	0,017

TABELA 57 - PARANÁ: Exportações por Fator Agregado			
Ind. De Transformação	US\$ - Bilhões	Variação %	Participação %
Carnes de aves e miudezas	2,2	-12,0	13,0
Farelos de soja	1,23	-2,67	7,5
Açucars e Melaços	0,83	41,0	5,1
Demais produtos da Ind. Transf.	0,56	-7,66	3,4
Folheados e outras madeiras	0,53	49,3	3,2
Papel e cartão	0,52	2,04	3,2
Veículos de passageiros	0,51	-22,0	3,2
Madeira parcialmente trabalhada	0,43	-0,61	2,6
Celulose	0,42	-30,0	2,6

Fonte comexstat.mdic.gov.br (Consulta em 03/03/2021)

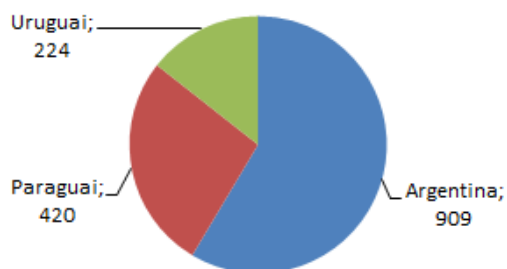
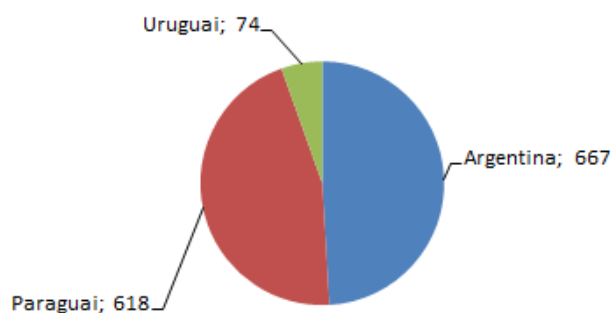
Participação nas Exportações Paranaenses(%)

Fonte comexstat.mdic.gov.br (Consulta em 10/02/2021)

21. COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE**Relações Comerciais com o MERCOSUL****TABELA 58 – PARANÁ: INTERCÂMBIO COMERCIAL MERCOSUL (US\$ MILHOES)**

Países	Exportações	Participações nas Exportações (%)	Importações	Participações nas Importações (%)	Balança Comercial	Corrente de Comércio
2021 (JAN-FEV)						
Argentina	123	54,78	92	37,51	30	215
Paraguai	72	32,07	138	56,17	-66	210
Uruguai	29	13,15	16	6,32	14	45
MERCOSUL	224	100	246	100	-22	470
2020						
Argentina	909	58,54	628	50,74	282	1.537
Paraguai	420	27,07	539	43,55	-118	959
Uruguai	224	14,39	71	5,71	153	294
MERCOSUL	1.553	100	1.237	100	316	2.790
2019						
Argentina	1.042	54,56	1.318	73,50	-276	2.360
Paraguai	434	22,72	393	21,91	41	827
Uruguai	434	22,72	82	4,58	352	516
MERCOSUL	1.909	100	1.793	100	117	3.702
2018						
Argentina	1.449	65,21	1.207	70,32	242	2.656
Paraguai	540	24,29	370	21,56	170	910
Uruguai	217	9,75	95	5,54	121	312
Venezuela	17	0,75	44	2,58	-28	61
MERCOSUL	2.222	100,00	1.716	100,00	506	3.938
2017						
Argentina	2.053	74,74	1.073	64,63	981	3.126
Paraguai	463	16,85	405	24,37	58	868
Uruguai	199	7,23	128	7,69	71	326
Venezuela	32	1,18	55	3,31	- 23	87
MERCOSUL	2.747	100,00	1.660	100,00	1.087	4.407

Fonte: comexstat.mdic.gov.br (Consulta em 08/03/2021)

Exportações 2020 - US\$ Milhões**Importações 2020 - US\$ Milhões**

21. COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE

TABELA 59 - PARANÁ: PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PARA O MERCOSUL EM 2021 (JAN-FEV)

Nº	PRODUTO	US\$ FOB Milhões	Percentual (%)
1	Automóveis com motor explosão, 1500 < cm3 <= 3000, até 6 passageiros	18,52	16,56
2	Outras carnes de suíno, congeladas	13,93	12,46
3	Outros papéis e cartões dos tipos utilizados para escrita ou impressão	11,56	10,34
4	Adbos minerais ou químicos, que contenham os três elementos fertilizantes: nitrogênio (azoto), fósforo e potássio	11,08	9,91
5	Tratores rodoviários para semi-reboques	7,17	6,41
6	Outros veículos automóveis com motor a explosão, carga <= 5 toneladas	5,97	5,34
7	Eixos de transmissão com diferencial para veículos automóveis	5,46	4,88
8	Milho para semeadura	4,07	3,64
9	Outras preparações dos tipos utilizados na alimentação de animais	3,68	3,29
10	Outras enzimas preparadas	3,66	3,28
11	Outros motores de explosão, para veículos do capítulo 87, de cilindrada superior a 1.000 cm3	3,40	3,04
12	Papel e cartão revestidos, impregnados ou recobertos de plástico (exceto os adesivos)	3,24	2,90
13	Cimentos "portland", comuns	3,19	2,85
14	Outras partes e acessórios de carrocerias para veículos automóveis	2,95	2,64
15	Outras pás mecânicas, escavadores, carregadoras, etc.	2,70	2,42
16	Outros condutores elétricos para tensão <= 80 v	2,70	2,41
17	Cervejas de malte	2,34	2,09
18	Peróxido de hidrogênio (água oxigenada), mesmo solidificado com ureia	2,25	2,01
19	Outros papéis, cartões, pasta (ouate) de celulose e mantas de fibras de celulose	1,98	1,77
20	Heparina e seus sais	1,94	1,74
-	Total	111,80	100,00

Fonte: comexstat.mdic.gov.br (Consulta em 08/03/2021)

TABELA 60 - PARANÁ: PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS DO MERCOSUL EM 2021 (JAN-FEV)

Nº	PRODUTO	US\$ FOB Milhões	Percentual (%)
1	Outros veículos automóveis com motor diesel, para carga <= 5 toneladas	63,03	30,29
2	Óleo de soja, em bruto, mesmo degomado	41,07	19,74
3	Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	33,95	16,32
4	Outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para semeadura	14,70	7,07
5	Malte não torrado, inteiro ou partido	12,49	6,00
6	Jogos de fios para velas de ignição e outros jogos de fios	9,48	4,56
7	Pastas químicas de madeira, semibranqueadas ou branqueadas, de coníferas	5,43	2,61
8	Farinha de trigo	3,63	1,74
9	Sebo bovino fundido (incluindo o premier jus)	3,36	1,61
10	Outras misturas, preparações alimentícias de gorduras, óleos, etc.	2,55	1,23
11	Outras caixas de marchas	2,43	1,17
12	Metanol (álcool metílico)	2,29	1,10
13	Outros garrações, garrafas, frascos, artigos semelhantes, de plásticos	2,19	1,05
14	Pêras, frescas	2,18	1,05
15	Azeitonas, não congeladas	2,01	0,96
16	Metilato de sódio em metanol	1,87	0,90
17	Preparações à base de borracha para a fabricação de gomas de mascar	1,53	0,74
18	Outros feijões comuns, pretos, secos, em grãos	1,53	0,74
19	Cevada cervejeira	1,21	0,58
20	Falsos tecidos de polipropileno, impregnados, revestidos, recobertos ou estratificados	1,16	0,56
-	Total	208,10	100,00

Fonte: comexstat.mdic.gov.br (Consulta em 08/03/2021)

21. COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE

TABELA 61 – PARANÁ: PRINCIPAIS PAÍSES DE DESTINO DE PRODUTOS (1)

Nº	2020 (JAN-DEZ)			2021 (JAN-FEV)		
	Dez Principais Destinos	US\$ Milhões	Participação Percentual (%)	Dez Principais Destinos	US\$ Milhões	Participação Percentual (%)
1	China	5.364,36	53,56	China	217,60	23,10
2	Estados Unidos	1.016,16	10,15	Estados Unidos	162,53	17,26
3	Argentina	909,19	9,08	Argentina	122,66	13,02
4	Países Baixos (Holanda)	629,93	6,29	Países Baixos (Holanda)	83,34	8,85
5	Paraguai	420,36	4,20	Paraguai	71,82	7,63
6	Japão	353,39	3,53	Japão	68,95	7,32
7	Coreia do Sul	352,54	3,52	Coreia do Sul	56,26	5,97
8	Colômbia	347,68	3,47	Colômbia	56,13	5,96
9	México	339,89	3,39	México	53,83	5,72
10	Chile	282,70	2,82	Chile	48,70	5,17
---	Total	10.016,22	100,00	Total	941,81	100,00

Fonte: comexstat.mdic.gov.br (Consulta em 08/03/2021)

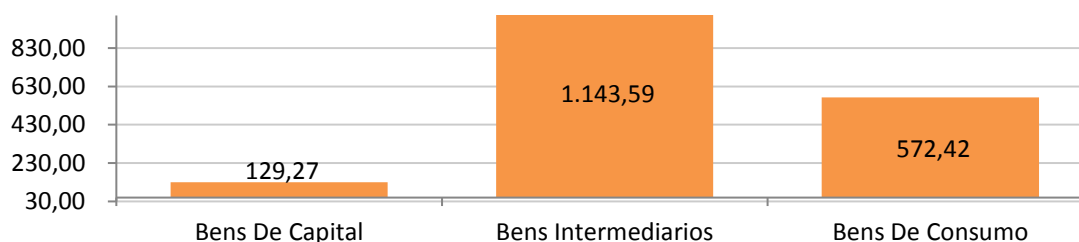
TABELA 62 – PARANÁ: PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS EM 2021 (JAN-FEV) (1)

Nº	Produto	US\$ Milhões	Percentual (%)
1	Pedaços e miudezas, comestíveis de galos/galinhas, congelados	243,92	20,24
2	Bagaços e outros resíduos sólidos, da extração do óleo de soja	153,03	12,70
3	Outros açúcares de cana	102,68	8,52
4	Carnes de galos/galinhas, não cortadas em pedaços, congelada	88,25	7,32
5	Outras madeiras compensadas folheada, espess <=6mm	79,23	6,57
6	Milho em grão, exceto para semeadura	73,36	6,09
7	Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	63,49	5,27
8	Automóveis com motor explosão, 1500 < cm3 <= 3000, até 6 passageiros	53,94	4,48
9	Pasta química de madeira de não conífera semi branqueada	50,29	4,17
10	Café solúvel, mesmo descafeinado	40,49	3,36
11	Outras carnes de suíno, congeladas	39,83	3,30
12	Madeira de coníferas perfilada	33,29	2,76
13	Outros papeis e cartões para escrita de fibra mecânica >10%, Rolos	31,48	2,61
14	Farinhas e pellets, da extração do óleo de soja	30,55	2,53
15	Madeira serrada ou fendida longitudinalmente	28,08	2,33
16	Tratores rodoviários para semi-reboques	23,72	1,97
17	Óleo de soja, em bruto, mesmo degomado	20,12	1,67
18	Chassis com motor diesel e cabina, capacidade de carga > 20 toneladas	17,86	1,48
19	Outras pás mecânicas, escavadores, carregadoras, etc.	16,85	1,40
20	Fuel oil	14,83	1,23
-	Total	1.205,30	100,00

PARANÁ: EXPORTAÇÕES POR TIPOS DE BENS

(Jan-Fev 2021)(2)

(em US\$ milhões)



(1) Dados preliminares.

(2) Bens de Capital: bens que geram riqueza: máquinas que fabricam outros bens; ou bens de longa duração: equipamento hospitalar.
Bens Intermediários: bens manufaturados ou matérias-primas processadas utilizadas na produção de outros bens (exemplo: peças para veículos)
Bens de Consumo: para o atendimento das demandas e necessidades imediatas da população: alimentos, remédios, etc.

Fonte: comexstat.mdic.gov.br (Consulta em 03/03/2021)

TABELA 63 – PARANÁ: PRINCIPAIS BLOCOS ECONÔMICOS DE DESTINO E ORIGEM DE PRODUTOS

2021 (JAN-FEV)			2021 (JAN-FEV)		
Principais Blocos Econômicos de Destino	US\$ Milhões	%	Principais Blocos Econômicos de Origem	US\$ Milhões	%
Ásia (Exclusive Oriente Médio)	468,45	25,13	Ásia (Exclusive Oriente Médio)	727,85	30,64
América do Sul	431,71	23,16	América do Norte	553,36	23,29
Europa	424,25	22,76	Europa	440,89	18,56
União Europeia - UE	315,63	16,93	União Europeia	348,92	14,69
Mercosul	223,91	12,01	América do Sul	304,81	12,83
Total	1.863,96	100,00	Total	2.375,83	100,00

(*)Considera apenas blocos econômicos e não países não pertencentes a estes blocos. Fonte: comexstat.mdic.gov.br (Consulta em 08/03/2021)

21. COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE

TABELA 64 – PARANÁ: EXPORTAÇÕES – TOTAIS POR FATOR AGREGADO - (Em US\$ Bilhões)

Período	Agropecuária	Ind. Transformação	Outros Produtos	TOTAL
2016	3,4	11,6	0,106	15,2
2017	4,7	13,2	0,138	18,1
2018	5,5	14,2	0,105	19,9
2019	4,4	12,1	0,037	16,5
2020	5,1	11,3	0,047	16,4
2021*	0,16	1,69	0,007	1,86

Fonte: www.mdic.gov.br/ - Dados sujeitos à alterações. (Consulta em 08/03/2021). *Dados referentes ao acumulado Jan-Fev 2021

TABELA 65 – PARANÁ: BALANÇA COMERCIAL DOS MAIORES EXPORTADORES MUNICIPAIS EM 2019 (JAN-DEZ)(Em US\$ Milhões)

Nº	Principais Municípios	Exportações	Percentual (%)	Importações	Percentual (%)	Balança Comercial	Corrente de Comércio
1	Paranaguá - PR	351,16	24,14	258,12	16,71	93,04	609,28
	Soja, mesmo triturada - Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas, de aves - Milho - Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja - Óleo de soja e respectivas fracções						
2	Curitiba - PR	196,28	13,49	317,18	20,54	-120,90	513,46
	Tractores - Madeira serrada ou endireitada longitudinalmente - Chassis, com motor, para veículos automóveis - Veículos automóveis para transporte de mercadorias - Soja, mesmo triturada						
3	São José dos Pinhais - PR	148,38	10,20	236,39	15,31	-88,00	384,77
	Automóveis de passageiros e outros veículos automóveis - Veículos automóveis para transporte de mercadorias - Partes e acessórios dos veículos automóveis - Motores de pistão, alternativo ou rotativo, de ignição por faísca - Centrifugadores, incluídos os secadores centrífugos, aparelhos para filtrar ou depurar líquidos ou gases						
4	Ponta Grossa - PR	135,15	9,29	157,03	10,17	-21,88	292,18
	Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja - Soja, mesmo triturada - Papel, cartão, pasta de celulose e mantas de fibras de celulose - Óleo de soja e respectivas fracções - Painéis de partículas e painéis semelhantes de madeira						
5	Maringá - PR	124,19	8,54	74,59	4,83	49,59	198,78
	Soja, mesmo triturada - Milho - Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose quimicamente pura, no estado sólido - Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas, de aves - Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja						
6	Ortigueira - PR	64,18	4,41	13,58	0,88	50,59	77,76
	Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato, exceto pastas para dissolução - Pastas de madeira obtidas por combinação de um tratamento mecânico com um tratamento químico - Lenha em qualquer estado, madeira em estilhas ou em partículas						
7	Rolândia - PR	57,02	3,92	7,22	0,47	49,80	64,24
	Couros preparados após curtimenta ou após secagem e couros e peles apergaminhados, de bovinos (incluindo os búfalos) ou de equídeos, depilados, mesmo divididos. Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas. Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose quimicamente pura, no estado sólido.						
8	Campo Mourão - PR	56,81	3,91	13,55	0,88	43,27	70,36
	Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja - Soja, mesmo triturada - Madeira contraplacada ou compensada, madeira folheada, e madeiras estratificadas semelhantes- Obras de carpintaria para construções, incluídos os painéis celulares, os painéis para soalhos e as fachadas para telhados, de madeira - Papel e cartão, não revestidos, dos tipos utilizados para escrita, impressão ou outros fins gráficos, e papel e cartão para fabricar cartões ou tiras						
9	Telêmaco Borba - PR	51,34	3,53	3,10	0,20	48,24	54,45
	Papel e cartão revestidos de caulino ou de outras substâncias inorgânicas - Madeira perfilada - Papel e cartão kraft, não revestidos, em rolos ou em folhas - Madeira serrada ou endireitada longitudinalmente - Ferramentas, armações e cabos de ferramentas, de escovas e de vassouras, de madeira						
10	Palotina - PR	51,28	3,52	6,01	0,39	45,27	57,28
	Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas, das aves - Outras preparações e conservas de carne, miudezas ou sangue - Soja, mesmo triturada - Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja - Produtos de origem animal impróprios para alimentação humana						
11	Cafelândia - PR	49,78	3,42	7,12	0,46	42,67	56,90
	Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas, de aves - Óleo de soja e respectivas fracções - Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja - Produtos de origem animal impróprios para alimentação humana - Enchidos e produtos semelhantes, de carne, de miudezas ou de sangue; preparações alimentícias à base de tais produtos						
12	Cascavel - PR	49,57	3,41	68,91	4,46	-19,34	118,47
	Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas, de aves - Soja, mesmo triturada - Carnes e miudezas, comestíveis, salgadas ou em salmoura, secas ou defumadas - Carnes de animais da espécie suína, frescas, refrigeradas ou congeladas - Carroçarias para os veículos automóveis						
13	Araucária - PR	46,11	3,17	310,29	20,09	-264,17	356,40
	Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos - Partes e acessórios dos veículos automóveis - Madeira serrada ou endireitada longitudinalmente - Enzimas; enzimas preparadas não especificadas - Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja.						
14	Londrina - PR	38,24	2,63	70,68	4,58	-32,45	108,92
	Extractos, essências e concentrados de café, chá ou de mate e preparações à base destes produtos - Café, mesmo torrado ou descafeinado; cascas e películas de café; sucedâneos do café contendo café - Soja, mesmo triturada - Milho - Fios de seda não acondicionados para venda a retalho						
15	Palmas - PR	35,29	2,43	0,66	0,04	34,63	35,95
	Máquinas e aparelhos, material elétrico e suas partes; Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia ou cinematografia, medida, controle ou de precisão; Instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos						
-	Total	1.454,77	100,00	1.544,41	100,00	-89,64	2.999,19

Fonte: comexstat.mdic.gov.br (Consulta em 08/03/2021)